

Mobilidade Académica na CPLP: Uma Reflexão sobre o Presente, um Desafio para o Futuro

ATAS DO ENCONTRO

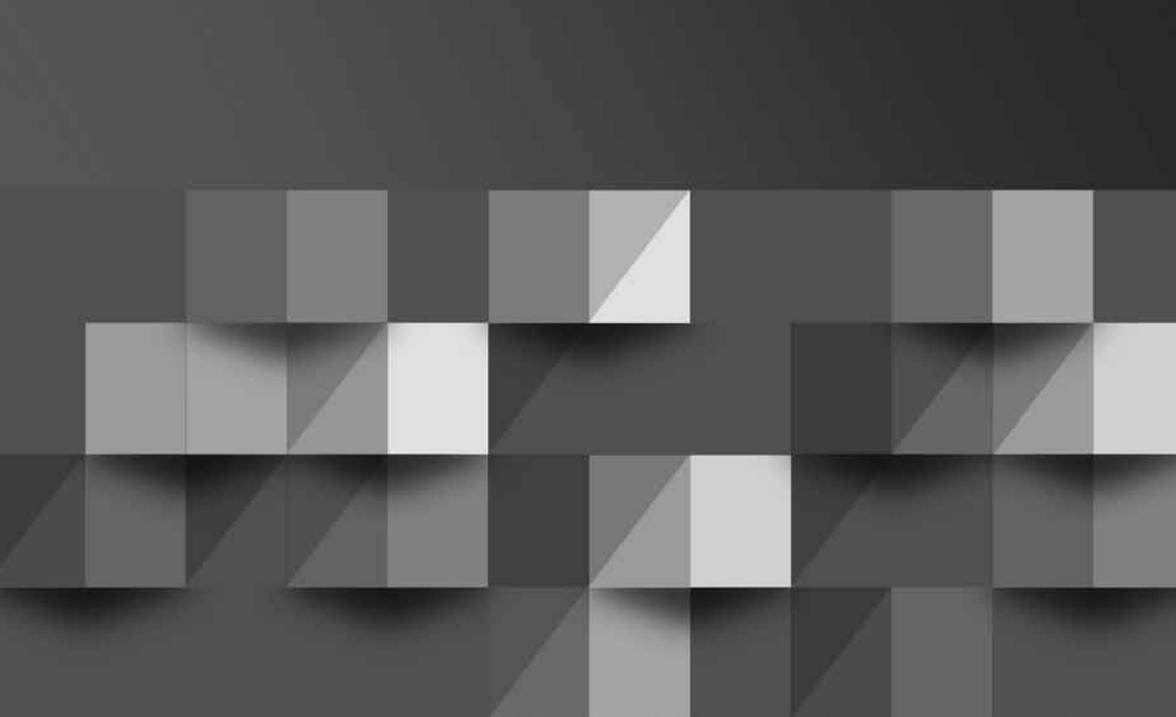
**Comissão Temática de Educação, Ensino Superior, Ciência
e Tecnologia dos Observadores Consultivos da CPLP**

11 de março de 2016, Sede da CPLP, Lisboa



CPLP

Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa



**Mobilidade Acadêmica na CPLP:
Uma Reflexão sobre o Presente,
um Desafio para o Futuro**

FICHA TÉCNICA

Título: «Mobilidade Académica na CPLP – Uma reflexão sobre o presente, um desafio para o futuro» – Atas do Encontro

Coleção: Cadernos de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (Disponível em formato eletrónico no Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP – <https://www.cplp.org/esct>, projeto implementado por deliberação da Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP)

Coordenação da Edição: Mário Avelar e Arlinda Cabral

Capa: Luís Covas

Fotografias: Secretariado Executivo da CPLP

Secretário Executivo da CPLP: Embaixador Francisco Ribeiro Telles

Diretora-Geral da CPLP: Dra. Georgina Benrós de Mello

Direção de Ação Cultural e Língua Portuguesa do Secretariado Executivo: Arlinda Cabral, Isabel Júlio, Rosa Pais e Odete Bertl

Assessoria da Comunicação e Imagem: António Ilharco e Natacha Sousa

ISBN: 978-989-99021-6-9

Depósito Legal: 457765/19

Produção e impressão: IDG – Imagem Digital Gráfica

Propriedade e edição:



CPLP
Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa

Palácio Conde de Penafiel,
Rua de S. Mamede (ao Caldas), nº 21
1100-533 Lisboa
Portugal
+ 351 21 392 85 60
comunicacao@cplp.org
www.cplp.org

Tiragem: 2.000 exemplares

Cláusula de exoneração:

“A publicação desta obra foi efetuada com o apoio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos intervenientes no Encontro «Mobilidade Académica na CPLP – Uma Reflexão sobre o Presente, Um Desafio para o Futuro» e não pode, de forma alguma, ser tomado como a expressão das posições da CPLP”.

ÍNDICE

PREFÁCIO

Embaixador Francisco Ribeiro Telles, Secretário Executivo da CPLP..... 05

INTRODUÇÃO 07

PRÓLOGO – SESSÃO DE ABERTURA

Embaixador Murade Murargy, Secretário Executivo da CPLP 2012-2016 09

Embaixador Antonito Araújo (Timor-Leste) 12

Professor Doutor Mário Avelar (Coordenador da Comissão Temática) 14

CAPÍTULO 1

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Dr.^a Teresa Ribeiro, Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal 17

CAPÍTULO 2

EXPERIÊNCIAS DE MOBILIDADE I 21

Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmento (AULP)..... 22

Professor Doutor Filipe Vaz (CRUP)..... 26

Professor Doutor Armando Pires (CSISP) 29

Professor Doutor João Redondo (APESP)..... 33

EXPERIÊNCIAS DE MOBILIDADE II 37

Doutora Maria João Pinto (FCT) 38

Dr.^a Maria Hermínia Cabral (FCG) 41

Dr.^a Joana Mira Godinho (ERASMUS +)..... 45

Professora Doutora Ana Corte-Real (UCP)..... 48

CAPÍTULO 3

INSTRUMENTOS JURÍDICOS DA CPLP PARA A MOBILIDADE ACADÉMICA 51

Dr. Mário Mendão, Secretariado Executivo da CPLP 52

Dr.^a Filomena Lopes (Cabo Verde) 55

Dr.^a Cecília Pina (SEF-MAI)..... 59

CAPÍTULO 4

EXPERIÊNCIAS DE BOAS PRÁTICAS 65

Professora Doutora Esperança Costa (FESA) 66

Professor Doutor Edson Borges (UNILAB) 70

Professor Coordenador João Lobato (RETS-CPLP) 74

Professor Doutor Samuel Luluva (ISEDEF) 79

Professor Doutor Mário Avelar (Coordenador da Comissão Temática)..... 82

POSFÁCIO

Embaixador Eurico Monteiro (Cabo Verde)..... 85

ANEXOS / MULTIMÉDIA..... 87

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC/MRE	Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores
AMBA	Association of MBAs
AULP	Associação das Universidades de Língua Portuguesa
APESP	Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado
ASEAN	Association of Southeast Asian Nations (Associação de Nações do Sudeste Asiático)
BP	Biblioteca Pública
CAPEs	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CB	Centro de Botânica da Universidade Agostinho Neto
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRUP	Conselho dos Reitores das Universidades Portuguesas
CSISP	Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos
CTEESC&T	Comissão Temática da Educação, Ensino Superior, Ciência & Tecnologia
DGSE	Direção-Geral de Ensino Superior
EaD	Educação a Distância
ECTS	European Credit Transfer System (Sistema Europeu de Transferência de Créditos)
ERASMUS +	European Region Action Scheme for the Mobility of University Students (Plano de Ação da Comunidade Europeia para a Mobilidade de Estudantes Universitários)
FCA	Faculdade de Ciências Agrárias
FCG	Fundação Calouste Gulbenkian
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FCUL	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
FESA	Fundação Eduardo dos Santos
GMAT	Graduate Management Admission Test (Exame de acesso a estudos pós-graduados nas áreas da Gestão e Administração)
IHMT	Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
ISA	Instituto Superior de Agronomia
ISCS	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
ISEDEF	Instituto Superior de Estudos de Defesa Tenente-General Emílio Armando Guebuza
MBA	Master of Business Administration
MINADER	Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIAPEE	Programa de Internacionalização de Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão
PSEE	Processo de Seleção de Estudantes Estrangeiros
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RETS-CPLP	Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
RIPES	Rede de Instituições Públicas de Educação Superior
SEF-MAI	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Ministério da Administração Interna
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAN	Universidade Agostinho Neto
UCAN	Universidade Católica de Angola
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
ULHT	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
UNESP	Universidade Estadual de S. Paulo
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNICEF	United Nations International Children's Emergency Fund (Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas)
UNILAB	Univerde da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CPLP



Embaixador Francisco Ribeiro Telles

É com grande satisfação que saúdo a publicação das Atas do Encontro “Mobilidade Académica na CPLP: uma reflexão sobre o presente, um desafio para o futuro”, realizado a 11 de março de 2016, na sede da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Lisboa.

Desde a sua criação, em 1996, a CPLP tem reconhecido o aumento da mobilidade no espaço da Comunidade como uma dimensão essencial para a consecução dos objetivos da organização, entre os quais destaco o de “contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os Povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica, e, nesse sentido, promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos Países Membros no espaço da CPLP”, assim como o de “dinamizar e aprofundar a cooperação no domínio universitário, no da formação profissional e nos diversos setores da investigação científica e tecnológica com vista a uma crescente valorização dos seus recursos humanos e naturais, bem como promover e reforçar as políticas de formação de quadros” (Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, assinada em Lisboa, a 17 de julho de 1996).

Nesse contexto, têm vindo a ser negociados e adotados diversos acordos de cariz multilateral destinados a criar as condições favoráveis para uma circulação mais fluida de cidadãos dos Estados-Membros da CPLP. Dentre estes, o Acordo sobre Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas, de 2002, que contempla cientistas, investigadores e pesquisadores, e o Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes Nacionais dos Estados-Membros da CPLP, de 2007, são particularmente relevantes no que se refere à mobilidade académica.

De fato, a questão da mobilidade assume especial importância no âmbito da cooperação na área da ciência, da tecnologia e do ensino superior. O intercâmbio de estu-

dantes, professores, investigadores e cientistas no espaço da CPLP constitui um elemento central e estratégico da formação de cidadãos e de profissionais qualificados e capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável de nossos países.

Os Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior reconheceram a importância deste tema ao definirem a Mobilidade de Estudantes, Docentes, Investigadores e Cientistas Altamente Qualificados da CPLP como um eixo de ação prioritário do seu Plano Estratégico de Cooperação Multilateral.

As especificidades dos sistemas de ensino superior dos Estados-Membros da CPLP exigem um debate contínuo e aprofundado sobre a mobilidade, o reconhecimento dos diplomas e, mesmo, sobre os trâmites procedimentais para a obtenção de vistos de estudantes.

Assim, permanecem desideratos atuais a criação de programas de mobilidade académica e científica em resultado de parcerias entre instituições de ensino superior dos Estados-Membros, a harmonização de programas de formação académica e a definição de regras para a facilitação do reconhecimento mútuo das formações académicas obtidas nas instituições de ensino superior da CPLP.

Ainda assume particular destaque a importância da partilha recorrente de informação tendo em vista a melhoria mútua do funcionamento das organizações com responsabilidade em matéria de mobilidade académica e a criação de mecanismos eficientes, eficazes e amigáveis para a disponibilização de informação aos estudantes do ensino superior que pretendam integrar programas de mobilidade académica.

Nesse sentido, considero a publicação destas Atas extremamente oportuna, tendo em conta que o governo de Cabo Verde escolheu como tema para a sua atual presidência da CPLP “As pessoas. A cultura. Os oceanos.”, e planeia, nesse quadro, impulsionar o debate e as iniciativas a favor de uma maior mobilidade no espaço da CPLP.

Entendo, também, ser uma feliz coincidência que a publicação das Atas ocorra em 2019, que foi proclamado o “Ano da CPLP para a Juventude”. Num momento em que queremos fomentar a reflexão sobre questões urgentes relacionadas com a juventude, tais como a educação voltada para um mercado de trabalho em profunda transformação, a promoção do emprego jovem, a mobilidade juvenil e a valorização do nosso património comum, a presente publicação certamente fornecerá um rico material para essas discussões.

Quero, assim, cumprimentar e felicitar os organizadores e participantes do encontro “Mobilidade Académica na CPLP: uma reflexão sobre o presente, um desafio para o futuro”, e muito especialmente a Comissão Temática de Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia dos Observadores Consultivos da CPLP, pela valiosa contribuição realizada através do encontro e que se desdobra agora nesta publicação. Trata-se, sem dúvida, de uma iniciativa que demonstra todo o potencial de colaboração entre a CPLP e os seus Observadores Consultivos e que deverá servir como exemplo e referência para atividades futuras.

O volume que apresentamos reúne o conjunto de intervenções havidas durante o encontro subordinado ao tema 'Mobilidade Académica na CPLP, uma reflexão sobre o presente, um desafio para o futuro', organizado pelo Secretariado Executivo da CPLP e promovido e coordenado pela Comissão Temática de Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia dos Observadores Consultivos desta organização, que teve lugar a 11 de março de 2016, na sede da CPLP, em Lisboa.

Sob supervisão do coordenador desta Comissão, o Professor Doutor Mário Avelar, Vice-Presidente do Observador Consultivo Sociedade de Geografia de Lisboa, o encontro foi organizado por um grupo de trabalho restrito que emergiu no seio da Comissão e que foi constituído pelos Professores Doutores Ana Benavente, Cláudia Vaz e Henrique Silveira, representantes dos Observadores Consultivos Universidade Lusófona, Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa e Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa e tendo integrado ainda a Doutora Arlinda Cabral, do Secretariado Executivo da CPLP.

O encontro teve como objetivo primordial contribuir para a dinamização da mobilidade académica entre os Estados-Membros, assumindo-se, deste modo, como espaço e instante de diálogo aberto, crítico, reflexivo e prospetivo.

Ao longo de um Prólogo e de quatro capítulos, reproduzimos as intervenções que surgiram nos subtópicos que, em torno do tópico central 'Mobilidade Académica na CPLP, uma reflexão sobre o presente, um desafio para o futuro', permitiram proceder a uma sua abordagem sistemática. Foram eles os seguintes: 'Experiências de Mobilidade Académica', 'Instrumentos Jurídicos da CPLP para a Mobilidade Académica', e 'As experiências de boas práticas de mobilidade académica'. O volume encerra com os acordos da CPLP que incidem sobre a mobilidade académica.

Reunimos, deste modo, as contribuições que então emergiram, precedendo-as, porém, das intervenções institucionais que permitiram enquadrar o evento no âmbito das atividades mais gerais da CPLP, no âmbito das 'Comemorações dos 20 anos da CPLP' e da conferência proferida pela Dra. Teresa Ribeiro, Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal.

Devemos, neste momento, enfatizar, não só, a diversidade das intervenções, identificável, aliás, no índice, mas também a pluralidade de participantes, oriundos da quase totalidade dos países que integram a CPLP. Com efeito, foi esta diversidade e esta pluralidade que asseguraram o desiderato de proceder a um diagnóstico rigoroso dos escolhos que ainda se colocam à mobilidade, e de assegurar a apresentação de soluções práticas a realizar pelos órgãos competentes.

Esperamos que, ao publicarmos este volume, estejamos a cumprir a nossa função enquanto Observadores Consultivos no sentido de promover uma efetiva aproximação entre os nossos povos.

Lisboa, 14 de Dezembro de 2018.

Mário Avelar

PRÓLOGO

SESSÃO DE ABERTURA

Como foi acima referido, neste Prólogo reunimos as intervenções de abertura do encontro, nomeadamente do Embaixador Murade Murargy, Secretário Executivo da CPLP entre 2012 e 2016, do Embaixador Antonito Araújo, na qualidade de Presidência *pro tempore* da CPLP para o biénio 2014-2016, e do Professor Doutor Mário Avelar, enquanto coordenador da Comissão Temática.



INTERVENÇÃO DO EMBAIXADOR MURADE MURARGY

Secretário Executivo da CPLP entre 2012 e 2016

Senhora Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Senhor Embaixador da República Democrática de Timor-Leste junto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Embaixador Antonito, e coordenador do Comité de Concertação Permanente, Senhora Presidente do Instituto Camões, minha amiga, vejo aqui também o Embaixador Anacoreta que já não vejo há muito tempo. Ele é um grande fã desta organização, a CPLP. Senhores Representantes Permanentes junto da CPLP, Senhora Diretora-Geral, Senhor Coordenador da Comissão Temática da Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia dos Observadores Consultivos da CPLP, Professor Mário Avelar, Senhores Representantes de Instituições, Fundações e Associações dos Estados-Membros da CPLP e de Macau e da Galiza, minhas senhoras e meus senhores, eu sinto-me um pouco emocionado porque este tema é um tema que me é bastante caro, a questão do conhecimento, mobilidade do conhecimento, por isso gostaria de saudar todos os presentes e expressar o meu profundo agradecimento, o agrado, diria mais, com a realização deste encontro sobre a mobilidade académica na CPLP.

Finalmente vamos ter um momento de reflexão sobre essa matéria. Quero apresentar as minhas saudações à Comissão Temática de Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP, na pessoa do seu coordenador. O vosso empenho, Senhor Professor, foi crucial para a concretização deste encontro.

Minhas senhoras e meus senhores, a presença de vossas excelências é, sem dúvida, o reafirmar da relevância da qualificação dos recursos humanos para intervirem nos diversos setores económicos e produtivos dos nossos Estados-Membros. Esta constitui uma resposta sustentável aos desafios enfrentados nos contextos nacionais, caracterizados por especificidades que transformam a atuação conjunta num grande repto.

A próxima semana nós vamos ter aqui, na sede, uma Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros. Esta nossa reflexão coincide precisamente com esse evento que vai tratar de um tema, esse Conselho de Ministros, extremamente importante para o futuro da nossa organização. Estamos, neste momento, repensando a CPLP, que CPLP do futuro nós queremos, e essa nova visão estratégia que está a ser repensada não poderá, de facto, ser coroada de êxitos se ignorar este tema, o tema da mobilidade do conhecimento, o tema da mobilidade académica.

Sem o conhecimento não há desenvolvimento, isso podemos estar claros todos nós. Não há desenvolvimento sem educação, sem um homem preparado para isso. A mobilidade académica é uma questão prioritária da CPLP e no nosso contexto multilateral implica a cooperação interinstitucional. Existem áreas económicas em forte expansão nos nossos países, as quais, porém, refletem carências ao nível de recursos humanos qualificados. A sociedade civil, neste encontro, representada pela Comissão Temática de Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, bem como pelas instituições aqui presentes, é um ator essencial dos processos de mobilidade na CPLP porquanto têm incentivado, promovido, apoiado e financiado a circulação dos nossos estudantes universitários e investigadores no espaço intracomunitário.

Amanhã também, no Porto, vou participar numa outra reunião sobre a mobilidade, mas neste caso a mobilidade diríamos mobilidade empresarial, que também é outro setor da nossa sociedade que reclama esse espaço de mobilidade para o exercício das suas atividades económicas. É outro vetor essencial para dar corpo a esta nova organização ou a esta nossa organização, a CPLP.

Nós temos a língua comum que é um fator essencial, um instrumento essencial, mas se nós temos de usar a língua para tudo isso, para a mobilidade de conhecimento, difusão do conhecimento, transmissão do conhecimento, negócios, é a Língua Portuguesa que vai nos apoiar nesse sentido, como substrato dessa nossa atividade. Na CPLP, a capacitação humana é essencial para o crescimento económico, para a redução das desigualdades, para a coesão social e para a melhoria das condições de vida e do bem-estar social dos cidadãos.

Neste sentido, a valorização contínua do potencial humano dos nossos países pode

constituir uma estratégia focalizada e capaz de contribuir para a expansão da produtividade e, como tal, assumir-se como um propulsor do crescimento da economia.

Minhas senhoras e meus senhores, o intercâmbio do conhecimento científico, através do incremento da mobilidade de estudantes, docentes e investigadores, é um caminho incontornável para que ocorram mudanças sociais, económicas, políticas e culturais estritamente articuladas com as inovações técnicas, tecnológicas e científicas do mundo globalizado em que vivemos.

Nós temos de estar claros quanto a isso. Se nós queremos desenvolvimento económico, crescimento económico acelerado, essa é a melhor via, não há outra via. Podemos nos nossos países descobrir recursos que nunca mais acabam, e temos, mas onde é que está o homem para o motor desse desenvolvimento? Com este encontro também estaremos a dar início a um diálogo aberto, crítico, reflexivo e prospetivo, o qual vai, com certeza, contribuir para a dinamização da mobilidade académica entre os Estados-Membros da CPLP.

A partilha de boas práticas e a maior articulação entre as diversas estruturas aqui presentes vão impulsionar a criação de sinergias para a promoção da mobilidade académica, essencial para o conceito de comunidade académica e científica da CPLP que se pretende desenvolver.

Estamos a dar passos concretos para a edificação do espaço da CPLP para o Ensino Superior, Ciência e Tecnologia. Por isso, meus senhores e minhas senhoras, eu quero desejar-vos votos de um bom encontro, ciente do contributo das vossas intervenções para um novo e mais informado olhar sobre as dinâmicas da mobilidade académica na CPLP.

Muito obrigado pela vossa atenção.



INTERVENÇÃO DO EMBAIXADOR ANTONITO ARAÚJO

Presidência em exercício da CPLP no biénio 2014-2016

Excelência, Senhora Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal, Dr.^a Teresa Ribeiro, Senhor Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Murade Murargy, Senhores Embaixadores Representantes dos Estados-Membros, Senhoras Embaixadoras, Senhores Representantes dos Estados-Membros Associados, e dos Observadores Consultivos, excelentíssimo Senhor Coordenador da Comissão Temática de Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia dos Observadores Consultivos da CPLP, Senhor Doutor Mário Avelar, minhas senhoras e meus senhores, quero começar por agradecer ao Senhor Secretário Executivo que me convidou, aliás, para reforçar a minha vontade de estar aqui para falar deste tema na sessão de abertura, a Mobilidade Académica na CPLP. Hoje trata-se de uma reflexão sobre o presente, um desafio para o futuro. Durante a presidência, Timor-Leste tem vindo a coordenar reuniões que visam estabelecer, ou talvez melhor dizer, definir uma nova visão estratégica para a CPLP.

Na perspetiva timorense, uma possível solução para os problemas da nossa Comunidade, no caso da fome, pobreza, doença, analfabetismo, passa pela educação e acredito que todos nós concordamos com esta perspetiva, mas claro que pode haver discordância. Mas o que está em questão, é que educação, que qualidade ou ainda que sistema de educação a CPLP deve ter para poder tornar essa mesma CPLP mais forte e mais credível no contexto regional e em que cada Estado-Membro está inserido e no mundo? E por falar do contexto de inserção regional, quero honestamente falar e mencionar no caso do meu país, Timor-Leste, que é um país novo e pobre, a sua localização estratégica e o seu processo de adesão, já que hoje ouvimos todos do Secretário Executivo, que merece um diálogo aberto entre nós, por isso falo do meu país.

Todos aqui pouco ou muito conhecem a realidade de Timor-Leste em termos de educação, mas quero talvez mencionar aqui uma pessoa, a Doutora Ana Paula Laborinho, através da instituição Instituto Camões, talvez conheça melhor da realidade timo-

rense em termos de educação. Desculpe mencionar o seu nome sem pedir autorização. É que, por exemplo, no processo de adesão de Timor à ASEAN há a suspeita de que o processo tem de demorar por causa da educação, por isso Timor-Leste precisa de falar, de discutir, de dialogar com outros Estados-Membros sobre este tema, sobre a Mobilidade Académica, porque se Timor-Leste continua fraco a nível de educação, a CPLP continua fraca também. Se Timor-Leste se tornar forte em termos de educação, em todos os aspetos, mecanismos em termos de estudantes, a nível superior, a CPLP também é forte, para em conjunto trabalhar para a CPLP. Aqui está, a exemplo de Timor, a importância da Mobilidade Académica na nossa comunidade, mobilidade essa que poderá resultar num melhoramento das universidades, instituições e na qualidade da educação. A qualidade que eles merecem e devem ter atendendo à realidade de cada um para que, no futuro, em conjunto, e no espírito de comunidade, esta CPLP que é nossa, possa ser melhor para ajudar o mundo.

Excelências, minhas senhoras e meus senhores, estou convicto que através de partilha de experiência e conhecimento entre nós, neste dia de reflexão, os nossos ilustres analistas, com também a sua sabedoria e experiência, nos possam indicar um caminho certo para tal, por isso, ao findar, quero desejar a todos um bom encontro e uma boa reflexão. Obrigado.



INTERVENÇÃO DO PROFESSOR DOUTOR MÁRIO AVELAR

**Coordenador da Comissão Temática de Educação, Ensino Superior,
Ciência e Tecnologia dos Observadores Consultivos da CPLP**

Senhora Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros, Cooperação, de Portugal, Senhor Embaixador Secretário Executivo da CPLP, Senhor Embaixador de Timor-Leste junto da CPLP, Senhora Presidente do Instituto Camões, Senhores Embaixadores, Senhores Coordenadores e Representantes das Comissões Temáticas, minhas senhoras e meus senhores, em primeiro lugar um agradecimento, um agradecimento para uma presença que, para nós, tem um significado muito particular, que é exatamente o da senhora Secretária de Estado. A hospitalidade com que acolheu o nosso convite é particularmente relevante para nós, não só em termos simbólicos, mas acima de tudo pela sua contribuição em termos da reflexão que a nos propomos, portanto, muito obrigado.

Um agradecimento também muito sentido ao senhor Secretário Executivo, senhor embaixador, muito obrigado por ter acolhido neste espaço este encontro. No fundo é mais um evento que se liga aos 20 anos da CPLP, à comemoração dos 20 anos e, por isso mesmo, também queremos agradecer a sua hospitalidade.

Eu queria, eu vou ser literalmente breve, é perigoso quando alguém diz que vai ser breve porque vai falar muito, mas eu serei muito breve. Queria apenas dizer-vos quais são os objetivos em relação a este encontro, relativamente a este encontro. Eles já foram enunciados inicialmente, de qualquer modo eu gostaria de acentuar um aspeto: este encontro tem um objetivo essencialmente pragmático. Já pensámos, em termos da nossa comissão temática, poder realizar, no próximo ano, um novo encontro ou eventualmente ainda este ano com uma dimensão mais reflexiva, se quisermos, mas, neste momento, concebemos todo um programa que tivesse em mente essencialmente essa dimensão pragmática e daí os convites que dirigimos e daí também, acima de tudo, a estrutura do próprio encontro.

Essa estrutura visa, como podem obviamente a constatar, se entrarmos em dois tipos de experiência ou se quisermos dois enfoques sobre experiências de mobilidade,

que irá decorrer na parte da manhã, por um lado, através das instituições universitárias de ensino superior que estão envolvidas, têm estado envolvidas, e que nós consideramos representativas e que são naturalmente representativas e depois, num segundo momento, de outras instituições que têm tido um papel relevante em termos do apoio a essa mesma mobilidade. Na parte da tarde, sempre com esta perspetiva pragmática em conta, pensámos que seria importante refletir sobre as questões jurídicas que estão ilegais, que envolvem, que estão relacionadas com a dimensão da mobilidade e, finalmente, portanto, com exemplos de boas práticas que estão relacionadas com a Mobilidade Académica. Dentro dessa dimensão pragmática pedimos a cada interveniente, exceção feita obviamente à senhora Secretária de Estado que vai fazer uma conferência, mas pedimos a cada interveniente que reduzisse ou que confinasse as suas intervenções a 10 minutos e não mais do que isso. Pedimos que se excluísse a habitual apresentação em PowerPoint para que as pessoas pudessem, como se fazia antigamente, simplesmente falar e apresentar as suas ideias.

Pedimos também que, no final de cada intervenção, cada membro, cada interveniente apresentasse três recomendações, porque aquilo que nos interessa, como disse logo no início, é que, de facto, haja uma dimensão prática no final deste encontro e nós estejamos na posse de determinado tipo de elementos que sejam relevantes para apresentarmos as entidades que obviamente supervisionam estas questões.

Penúltimo aspeto que eu queria referir que tem a ver com algo que me alegra enquanto representante desta Comissão Temática e que é exatamente a vitalidade que ela tem vindo a revelar neste ano, ao longo deste ano, com uma participação bastante acentuada parte dos diferentes Observadores Consultivos. Acho que devo acentuar essa dimensão e, por fim, outro tipo de agradecimento e de reconhecimento que deve ser feito, duas pessoas. A organização deste encontro, em termos de Observadores Consultivos, foi possível porque houve um trabalho de grupo no qual estiveram sempre sistematicamente envolvidos a Professora Ana Benavente e o Professor Henrique Silveira e eu quero deixar aqui este reconhecimento pelas suas intervenções. Eu estou aqui porque sou representante, sou coordenador, mas qualquer um de nós poderia estar aqui neste momento a apresentar, o papel que eles tiveram é, de facto, muito importante. Nós, enquanto organizadores, estaremos a moderar os diferentes painéis. Haverá outra colega da Comissão Temática, a Professora Cláudia Vaz, que estará também a moderar um painel. O meu agradecimento para ela. E finalmente há um agradecimento sempre muito especial. À Doutora Arlinda Cabral, cujo empenhamento, dedicação, enfim, espírito pragmático e organizativo, eu queria ressaltar. Não só tem sido um prazer sempre trabalhar com ela mas também tudo aquilo que temos vindo a realizar só é possível graças a ela e à equipa que, com ela, trabalha. Muito obrigado e um bom dia de trabalho.

CAPÍTULO 1

CONFERÊNCIA DE ABERTURA



INTERVENÇÃO DA DOUTORA TERESA RIBEIRO

Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal

Muito, muito bom dia a todos, Senhor Secretário Executivo da CPLP, Senhor Representante Permanente de Timor-Leste junto da CPLP, Senhores Representantes Permanentes junto da CPLP, Senhores Representantes dos Membros Associados da CPLP, Senhora Professora Paula Laborinho, presidente do Instituto Camões, Senhor Professor Doutor Mário Avelar, coordenador técnico da Comissão Temática de Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia dos Observadores Consultivos da CPLP, senhoras e senhores, é com muitíssimo gosto que eu estou aqui entre vós, tendo, no entanto, que lamentar não poder participar nos vossos trabalhos, porque infelizmente outros compromissos me obrigarão a deixar esta sala quando terminar a minha intervenção.

Não poderia subscrever, de forma mais veemente e entusiástica, tudo quanto foi dito pelos oradores que me precederam, em particular o Senhor Secretário Executivo da CPLP, Senhor Embaixador Murargy, assim como o Senhor Representante Permanente junto da CPLP de Timor-Leste, Senhor Embaixador Antonito Araújo, porque a questão da Educação é de uma centralidade enorme e é de particular significado a circunstância da CPLP no ano em que comemora os seus 20 anos e, portanto, é um ano seguramente especial em que uma nova visão estratégica está a ser elaborada, em que haverá alterações seguramente de vulto na organização para que ela possa cumprir plenamente toda a sua missão, em vésperas da realização em Lisboa de uma reunião ministerial que irá discutir alguns temas importantes e, de alguma forma, preparará esta grande Cimeira que terá lugar no Brasil, no próximo verão, em que a dita visão estratégica da CPLP, a Nova Visão Estratégica da CPLP, será também adotada.

Não poderia haver seguramente tema mais candente do que a educação. A educação é aquilo que permite a construção de sociedades mais prósperas, mais inclusivas e, portanto, é um instrumento transformador absolutamente essencial. Por outro lado, no seu Programa do Governo, o Governo Português plasmou a intenção de imprimir também um novo dinamismo à questão da mobilidade, da mobilidade académica, dentro do setor ou do pilar da cidadania no quadro da CPLP por exatamente entender que ela é fundamental para dinamizar a nossa sociedade civil e, como tal, a imprimir na nossa comunidade um valor acrescentado face a um setor tão importante quanto este é. Por que é que a mobilidade é, porque é que a mobilidade académica, em particular, é tão importante? É importante porque, naturalmente, permite a troca de experiências, de boas práticas, a realização de projetos, de projetos de investigação, de ciência, do conhecimento em geral em comum, mas também porque permite uma partilha de mundividades que é a outra dimensão essencial para que esta comunidade, esta comunidade que é a nossa comunidade da CPLP, possa efetivamente ter crescentemente objetivos comuns, causas comuns e que possa, de forma denudada, lutar por eles.

No âmbito da política portuguesa de cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, a educação e a formação têm assumido e continuarão a assumir uma grande centralidade. Os projetos de cooperação que Portugal tem e promove nos seus países parceiros abrangem todos os níveis do ensino, do básico ao superior, incluindo também o doutoramento. Esta aposta na educação e na formação vai continuar, a aposta na mobilidade académica, em especial, vai ser reforçada e eu tive ocasião, logo nas minhas primeiras intervenções públicas, de precisamente sublinhar que a questão da mobilidade académica era uma prioridade absoluta.

Mas, se nós olharmos também para a agenda multilateral, para a nova agenda multilateral, aquilo que nós vemos é que a questão da Educação ganhou seguramente um novo impulso, com a adoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, como sabem, divulgados nas Nações Unidas, em setembro passado. Exatamente, e volto à questão inicial, porque se entende que se trata de um instrumento capaz de introduzir as modificações e as alterações que as sociedades e que os povos necessitam para prosperar, como tão bem foi ilustrado pelas intervenções que me precederam.

Voltando aos nossos programas de cooperação bilateral, eu gostaria igualmente de sublinhar também que esta especial atenção que nós queremos dar à educação e à formação será fortemente suportada numa política de concessão de bolsas para o ensino superior nas suas mais variadas áreas. Esta prioridade visa, por um lado, dar resposta aos pedidos das autoridades dos nossos países parceiros, com certeza, que reconhecem a qualidade do Ensino Superior português e, por outro, promover também um maior intercâmbio académico entre os países de Língua Portuguesa, fortalecendo os laços entre estudantes, académicos, investigadores e não apenas, das mais diversas áreas do conhecimento.

Neste momento estão em Portugal milhares de alunos oriundos dos Países de Língua Oficial Portuguesa, que frequentam cursos nas universidades e institutos politécnicos, quer ao abrigo de programas de intercâmbio e de concessão de bolsas, quer naturalmente por iniciativa própria. Nós assistimos também a um movimento crescente de docentes destes países que estão em Portugal ao abrigo de programas de intercâmbio académico, destinados a promover e a atualizar os seus conhecimentos.

As relações entre as instituições do ensino superior dos nossos países têm vindo a aprofundar-se, isto é naturalmente um fator de grande regozijo, deve ser um fator de grande regozijo para todos nós, por esse dinamismo dos estabelecimentos de ensino que encontram as suas próprias vias, independentemente dos mecanismos governamentais, para se entenderem quanto às formas de cooperação e de partilha de experiências.

A apetência de alunos e docentes por programas de intercâmbio e mobilidade académica é muito expressiva e nós sabemos, por exemplo, a importância que um programa como o Erasmus teve para a União Europeia e talvez tenha feito mais pela construção da União Europeia de que qualquer outro instrumento e é por isso mesmo que, reconhecendo essa mais-valia deste tipo de mecanismos, que nós temos também que os promover não apenas ao nível bilateral e é nisso que Portugal está apostado, mas também Portugal também está igualmente muito empenhado nisso, de trazê-lo com acrescida importância para o seio da CPLP. Não apenas devemos aprender com as nossas experiências passadas, mas também melhorar os tais mecanismos de aprofundamento da mobilidade académica em moldes que sejam portadores de respostas concretas aos anseios da nossa população académica. Isto é muito importante, mas é importante se nós também olharmos para toda esta colaboração, não apenas como uma colaboração entre instituições, não apenas como uma colaboração entre ou uma circulação de académicos e de alunos, mas, e é isso que importa, é que haja uma efetiva transferência da riqueza que resulta de todos esses movimentos para a sociedade e que cada vez mais os projetos de investigação possam ser multidimensionais, colaborativos, envolver outros parceiros da sociedade civil, porque é assim, e desenhados com eles, porque é assim que nós poderemos responder de uma forma mais efetiva àquilo que são hoje os novos desafios que se colocam a todos nós. Este desiderato tem agora condições de realização mais favoráveis, graças à celebração do acordo sobre a concessão de vistos para estudantes nacionais dos Estados-Membros da CPLP, que é seguramente muitíssimo importante. Reconhece este acordo que a mobilidade estudantil contribui para a integração dos povos, para o dinamismo e para a consolidação da nossa organização e será um instrumento essencial na implementação do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior da CPLP entre 2014 e 2020. A importância que a CPLP atribui à cooperação no domínio do Ensino Superior, da Ciência e da Tecnologia está também patente de forma muito evidente na Declaração Constitutiva da CPLP, adotada em 1996, já lá vão 20 anos, na qual os nossos Chefes de Estado estabeleceram, entre

os objetivos prioritários da nossa Comunidade, “o propósito de dinamizar e aprofundar a cooperação no domínio universitário, no da formação profissional e nos diversos setores da investigação científica e tecnológica, com vista a uma crescente valorização dos nossos recursos humanos e naturais, bem como promover e reforçar as políticas de formação dos quadros”, fim de citação.

No momento, como eu dizia, em que está em curso este exercício de reflexão sobre o nosso futuro comum, que culminará com a Cimeira que terá lugar no Brasil e que deverá adotar a Nova Estratégia para a CPLP, a questão da mobilidade académica seguramente que ocupará um lugar de destaque nas futuras prioridades da Organização. Representam uma oportunidade de valorização do capital humano, promove ao mesmo tempo os seus objetivos ao potenciar a circulação do conhecimento e o reforço da inovação em linha com os princípios fundamentais da sua Declaração Constitutiva.

Acresce que se trata de uma temática que é muito apelativa pela transversalidade, pela sua transversalidade, na medida em que tanto pode beneficiar a promoção da Língua Portuguesa, como as ações de cooperação da nossa organização. Tem, por isso, um valor acrescentado, multiplicado. De facto, esta mobilidade académica tem um papel fundamental e desempenha no quadro mais abrangente do reconhecimento internacional da Língua Portuguesa ao permitir o reforço da sua utilização no âmbito da Ciência, da Inovação, das novas Tecnologias da Informação e da Internet que, como nós sabemos, têm uma especial penetração junto das camadas mais jovens, para as quais, digamos para o crescimento dessas camadas mais jovens, o contributo de todos os parceiros da CPLP nesta corrida demográfica é absolutamente essencial. Mas pode também representar um passo fundamental na senda da construção de uma cidadania da CPLP, sendo suscetível de incentivar a prossecução de objetivos mais alargados, nomeadamente uma futura mobilidade acrescida de cidadãos no seio da nossa comunidade, como aliás foi citado pelo Senhor Secretário Executivo da CPLP.

Eu termino felicitando a CPLP pela realização deste encontro de reflexão conjunta. Fiquei muito curiosa de conhecer quais serão os resultados até porque ouvi o Senhor Professor Doutor Mário Avelar, e cumprimento todos os professores e todas as instituições e todos aqueles que colaboraram ativamente no trabalho que foi feito e que será hoje partilhado e que será hoje enriquecido por força desta iniciativa pela qual, mais uma vez, renovo as minhas felicitações pela sua organização ao Senhor Secretário Executivo da CPLP e, enfim, a todos quantos aqui trabalham e a todos aqueles que tornaram possível a realização deste evento.

Muito obrigada e muito bom trabalho.

CAPÍTULO 2

EXPERIÊNCIAS DE MOBILIDADE

Como foi referido na Apresentação, o Capítulo 2 reúne as intervenções que tiveram lugar nos dois primeiros painéis em torno do subtópico “Experiências de Mobilidade”. Contribuíram para esta reflexão os Professores Doutores Cristina Sarmento (AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa), Filipe Vaz (CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas), Armando Pires (CSISP – Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos), João Redondo (APESP – Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado), Henrique Silveira (IHMT – Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa), Ana Corte-Real (MBA Atlântico da Católica Porto Business School) e Cláudia Vaz (ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa), e a Dra. Maria Hermínia Cabral (Fundação Calouste Gulbenkian), a Doutora Maria João Pinto (Fundação para a Ciência e Tecnologia) e a Dr.ª Joana Mira Godinho (ERASMUS +).

PAINEL 1 • EXPERIÊNCIAS DE MOBILIDADE I

Prof.ª Doutora Cristina Sarmento (AULP)

Prof. Doutor Filipe Vaz (CRUP)

Prof. Doutor Armando Pires (CSISP)

Prof. Doutor João Redondo (APESP)

Prof. Doutor Henrique Silveira (IHMT)



**INTERVENÇÃO DA PROFESSORA DOUTORA
CRISTINA MONTALVÃO SARMENTO¹ (AULP)**

Associação das Universidades de Língua Portuguesa

É uma honra poder participar neste Encontro e cumprimento todos os presentes, em particular destaco o Professor Mário Avelar pela iniciativa e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, pela abertura institucional que demonstra.

Na qualidade de Secretária-geral da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, que aqui represento, apraz-me registar que a larga maioria dos presentes são parceiros da AULP, o que é significativo porquanto os que se interessam por estas temáticas se vão revendo sucessivamente, e vamos em conjunto desenvolvendo canais de debate e afinando estratégias que tendem ao alcance das projeções de futuro.

Esta sessão é dedicada ao presente e ao futuro. A Associação das Universidades de Língua Portuguesa não pode escapar a referir algumas experiências que são do passado.

Em 2016 a AULP completou trinta anos de atividade. O tempo passado fala por si. Do ponto de vista estritamente académico, os responsáveis pela academia dos diferentes países, desde muito cedo, em 1986, persentiram que as ligações entre si eram fundamentais para o crescimento de uma comunidade que tinha por matriz a língua comum e consequentemente, uma cultura científica de proximidade. Esses trinta anos difundiram as culturas cruzadas que se fazem sentir.

Na primeira fase, a dinâmica institucional foi promovida por Portugal, de forma muito ativa. Tendo criado uma rotina de Encontro anuais, os primeiros realizaram-se no país sede da lusofonia. Lisboa, Évora, Estoril foram locais onde o diálogo inicial e formação dos moldes, objetivos e modelo associativo, se desenvolveram.

Numa segunda fase, ainda em meados dos anos 90 do século passado o Brasil motiva-se para esta comunidade e o primeiro Encontro fora de terras lusas, realiza-se na cidade do Recife.

E, finalmente, numa terceira fase, no dealbar do século, os países africanos apostam na interação, quando em 1999, o Encontro de Maputo, pré-anuncia a plena integração dos países africanos que têm como língua oficial o português, com uma presidência moçambicana.

Se, desde cedo, Macau marcou a presença do sudoeste asiático de forma sistemática, ao completar trinta anos, o encontro anual de 2016, realiza-se em Timor-Leste, completando-se deste modo, a rota da lusofonia.

Independentemente das vicissitudes políticas e das variações das diferentes políticas externas que os Estados determinam, a comunidade académica foi-se consolidando e criando laços autónomos.

¹ Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa e Diretora do Observatório Político.

Concretizando o nosso tema, podemos afirmar que as experiências de mobilidade foram, na AULP, um fórum de discussão permanente, mas que se concretizaram, no passado, na mobilidade dos responsáveis e das Instituições que representam. Ao circularem entre os continentes aprenderam a se reconhecer, aproximaram-se, tendo permitido o conhecimento dos diferentes universos académicos, do seu estágio de evolução, das suas necessidades e das suas diferenças.

É certo que o debate acerca da mobilidade intrainstitucional, tendo, num primeiro momento, sido equacionado a partir da equiparação de graus. Desde meados dos anos 90 do século passado, que se reconheceu que os vários países tinham meios académicos muito distintos e que era preciso encontrar pontes para agregar e tornar possível a própria mobilidade. Este foi um debate que ocupou a AULP, em grande parte dos seus Encontros. No entanto, na mesma época, Portugal foi simultaneamente instado a entrar e submeteu-se a um processo de reforma europeu, conhecido por “processo de Bolonha”, o que provocou um hiato de tempo, em que a mobilidade não progrediu, tendo porventura até regredido, entre os países membros da AULP.

Deste modo, quando os vários países da AULP/CPLP estavam a encontrar parâmetros de equilíbrio para tornar a mobilidade possível - uma mobilidade efetiva - essa mobilidade foi de certa forma ferida pelo impulso em termos europeus no que respeita ao desenho das licenciaturas, mestrados e doutoramentos. Complexificando o processo de equiparação de graus. No entanto, isso não significou que a mobilidade não se efetuasse.

De facto, a mobilidade ocorreu, em escala exígua, mas com resultados significativos. São exemplos restritos, mas reprodutores. A AULP como estrutura multilateral, criou, nessa data, um sistema de bolsas que permitiram a mobilidade avulsa, ainda que dispersa, da qual resultaram possibilidades de elevação de conhecimento, de mestres e doutores, tendo alguns dos bolseiros AULP atingido lugares de topo no âmbito da educação, ciência e tecnologia, em particular em alguns países africanos de menores recursos.

Esta linha de atuação, dos anos 90, permitiu reconhecer, por parte de todos os envolvidos, que seria difícil criar uma base multilateral de mobilidade. A discrepância entre os vários sistemas de ensino superior entre os países lusófonos, a aproximação europeia e a existência de dois subsistemas de ensino superior público em Portugal também não facilitaram a tarefa. Sempre se diga ainda que, havia dificuldades acrescidas pelo facto de em vários países africanos, com particular destaque para Angola, muitos dirigentes do ensino superior público terem sido superiormente educados em países da esfera da ex-URSS, que investiu nos recursos humanos de forma sábia, mas afastou, ainda que temporariamente, as consciências sobre os diferentes modelos de ensino.

Tendo ficado dependente das várias vontades bilaterais, o debate da AULP manteve uma preocupação em dois níveis: a equiparação dos graus e um regime de avaliação futuro. Todavia, outras linhas foram tentadas.

Muito equacionada foi a possibilidade de criar redes virtuais, que se mantêm no horizonte político, tendo esses projetos colidido com a diferenciação da capacitação tecnológica e cobertura territorial, de alguns dos parceiros. No entanto, dispusemos de vários projetos e uma experiência muito recente e muito bem-sucedida no que diz respeito à mobilidade académica multilateral.

Como se sabe, a presidência da AULP é rotativa. A AULP oferece a vantagem de se abster do envolvimento político direto, favorecendo uma harmonia académica facilitadora da implementação pragmática de alguns projetos e um Programa de Internacionalização de Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão (PIAPEE) foi promovido pela presidência brasileira, entre os anos 2010 e 2013.

Foi a primeira experiência prática e pragmática de médio e longo alcance de mobilidade académica dirigida a estudantes de pós-graduação, docentes e investigadores. Promovida pelas entidades financiadoras da ciência e tecnologia do Brasil, este programa reuniu as universidades do Brasil, dos países africanos de língua portuguesa e de Timor-Leste e teve início em janeiro de 2012.

Em 2012 houve um primeiro edital e foram aprovados 45 projetos de mobilidade. Numa segunda edição, que terminou no final de 2013, foram aprovados 23 projetos de mobilidade. Destes projetos, 11 são de iniciativa de Moçambique, 7 de Cabo Verde, 4 de Angola e 1 de Timor. A verba envolvida contabilizou um investimento de aproximadamente 3 milhões de reais, ou seja, cerca de 1 milhão de euros. No entanto, e não obstante o sucesso desta iniciativa, não abriu um terceiro edital. A conjuntura económica e política não foi favorável.

Todavia, esta primeira experiência permite retirar alguns ensinamentos. Por um lado, a rede sul-sul, enquanto objetivo político impulsionado pelo Brasil, permitiu num primeiro momento, a efetiva mobilidade ao nível do avanço da interação da pesquisa e investigação. Muitos dos resultados foram recentemente apresentados no Encontro realizado em 2017 na Universidade de Campinas, UNICAMP, no Brasil. Por outro lado, do ponto de vista da possibilidade de criar uma plataforma multilateral, esta fica ferida de uma dificuldade que é um patrocínio base (neste caso de origem nacional) para que se possa avançar com a mobilidade efetiva.

E esta é a experiência da AULP. A AULP vai prosseguindo na sua linha, com as suas possibilidades, mas também, dificuldades. Tem criado elos fortes entre os vários responsáveis do ensino superior, capacidade geradora de muitíssimas mobilidades bilaterais, como acervo histórico do passado, mas também projetador de futuro. Portanto, deste ponto de vista, a dificuldade maior parece ser a estrutura multilateral alcançar uma plataforma única. A multilateralidade é muito complexa, temos esta experiência real. A bilateralidade aumenta todos os anos a cada encontro, consoante no espaço e no tempo, as vontades de encontram.

Em estudo tem estado, e prossegue o seu caminho, a possibilidade de criar no es-

paço AULP, entre os seus membros, a mobilidade entre estudantes de licenciatura. Em 2017 foi criada uma comissão intercontinental, na transição da Presidência de Macau e já sob os auspícios da nova Presidência de Angola, que tem em curso o estudo para criar uma plataforma de ligação. Usufruir da experiência histórica europeia do programa Europeu, Erasmus, criando um Erasmus-AULP, cujas linhas gerais, poderão porventura vir a ser apresentadas no próximo Encontro da CPLP sobre esta temática.

Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

Gostaria de começar por cumprimentar aqui os colegas de painel, as pessoas que estão aqui na sala. De facto é com grande prazer que estou aqui em representação do presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas que, por acaso, é o meu reitor, sou da Universidade do Minho. Deste modo, nesta sessão, e tendo em conta aquilo que é o previsto neste painel, gostaria de partilhar convosco duas experiências ou dois projetos, duas ideias que surgiram ou que têm a sua génese no CRUP e que entretanto foram, estão ou estiveram e continuam a estar, em desenvolvimento nas várias universidades. O outro projeto, o segundo projeto do qual vou falar e que está agora a dar os primeiros passos, é um projeto que diz respeito a um programa de mobilidade inserido num 1º ciclo, num ciclo de estudos conducente a uma licenciatura; o segundo projeto não conduz à atribuição de grau: embora seja um projeto de mobilidade, visa muito mais uma via profissionalizante, e uma atualização de conhecimentos por parte dos envolvidos.

Passo, de imediato, ao primeiro projeto que gostaria de partilhar convosco, o projeto denominado Programa de Licenciaturas Internacionais - PLI, ligado a licenciaturas internacionais. Este programa que existe entre Portugal - as universidades portuguesas - e as universidades brasileiras. Iniciou-se na Universidade de Coimbra que, há três ou quatro anos, estabeleceu protocolos com universidades brasileiras, tendo-se, entretanto, alargado às várias universidades portuguesas. Neste projeto os alunos brasileiros vêm para Portugal durante dois anos, ficando inseridos, tal como qualquer aluno português, num curso de licenciatura portuguesa. Esta licenciatura, no caso do Brasil, diz respeito à formação de professores, correspondendo em Portugal a um projeto de 1.º ciclo. Recebemos, neste âmbito, alunos brasileiros que integram diferentes licenciaturas, nomeadamente Biologia, Física, Português, Educação Física, Matemática, entre outras. Este foi um projeto que me marcou em particular, porque era, na altura, seu coordenador na minha universidade. Na verdade, este foi um projeto que marcou todos aqueles que nele estiveram envolvidos nas diferentes universidades.

Trata-se, portanto, de um projeto muito interessante que facilmente poderia ser estendido aos outros países, e que tem impacto, de um ponto de vista académico, tanto no que diz respeito aos alunos como aos docentes. Deixem-me só partilhar convosco algumas considerações. Em primeiro lugar, marca devido ao contacto que os alunos têm com realidades distintas. Partilhamos uma língua, a ciência ou as várias ciências, quer sejam humanas, quer sejam exatas, de facto, existe uma linguagem comum, mas temos métodos e ritmos de aprendizagem diferentes; em particular, temos algo que é importante e que marca desde logo os alunos que entram neste projeto, que é o lugar onde está centralizado o ensino. De facto, após o Processo de Bolonha, centrámos o ensino no aluno. O aluno é o centro de todo o processo.

O aluno tem uma carga de trabalho muito significativa. O primeiro contacto que tivemos com os alunos brasileiros é, de facto, extraordinário porque estão habituados a um processo que é, perdoem-me se não é exatamente assim, muito centrado no professor; este é o centro de todo o processo. Ora, quando o aluno chega cá, passa a ser ele o gestor do processo; tem que fazer um conjunto de trabalhos, um conjunto de tarefas que habitualmente não surgem com esta intensidade. De facto, há aqui um choque ou pelo menos um processo que é preciso desenvolver, que é preciso adquirir.

Devo assinalar ainda outro aspeto. Este projeto permite a um conjunto de alunos o contacto com realidades diferentes: a nível laboratorial, de infraestruturas, de tudo o que o rodeia. Consequentemente, ao final de alguns meses, os alunos estão completamente diferentes. E este estar diferente a nível pessoal, ultrapassa em larga medida a parte académica. Primeiro, esta experiência demonstrou algo de muito interessante: partilhámos uma língua, mas temos termos muito diferentes, a forma como nos expressamos é muito diferente. Permitam que vos apresente um exemplo pessoal. Acompanhei o regresso do primeiro grupo de 21 alunos da Universidade do Minho que estiveram ao Brasil, uma parte dos quais na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Quando os visitei, disseram-me que tiveram um período de adaptação ao português falado no Brasil, ou seja, de repente pareciam estranhos e falavam de forma um bocadinho estranha. Isto foi curioso não só a nível da língua. De facto, demonstrou-se, ao final dos dois anos, que tivemos um conjunto de pessoas que regressaram diferentes, ou seja, houve toda uma envolvimento cultural, uma envolvimento a nível do quotidiano que os obrigou a amadurecer, a serem os responsáveis pela sua vida, porquê? Porque têm uma bolsa e, entretanto, têm que gerir a casa onde vivem, têm que gerir o seu dia-a-dia, o seu estudo, ainda por cima um estudo que está centrado em si; portanto, toda esta vivência.

Quando regresssei ao Brasil, participei num seminário na Universidade Tecnológica Federal do Paraná em que os alunos falaram da experiência vivida em Portugal, tendo referido que não eram as mesmas pessoas que regressaram ao Brasil; ou seja, falamos de um projeto de mobilidade que muda não só a parte académica dos alunos, mas essencialmente muda as pessoas e as torna as diferentes e, já agora, para muito melhor, na minha modesta opinião. Foi curioso ainda verificar que, no regresso ao Brasil – e nós estamos a falar de um programa de licenciaturas internacionais que visa formar professores para o ensino médio brasileiro, e que alguns destes alunos são os melhores alunos de um grupo que foi selecionado –, tornaram-se, de facto, não só diferentes a nível pessoal, mas a nível académico. Sendo estes alunos que supostamente virão a ser professores, pensam fazer um mestrado e um progresso académico, porque, de repente, tornaram-se, segundo nos confidenciaram, mais orgulhosos de si próprios. Ou seja, este foi um projeto relevante que decorreu entre Portugal e o Brasil, mas que recomendo vivamente seja alargado a outros países.

Muito sinteticamente devo assinalar o segundo projeto. Trata-se este de um projeto

não conducente de grau, ou seja, não dá origem a uma licenciatura ou a um mestrado. Este é um projeto de ensino a distância que funciona integralmente funcionar online e que visa o aperfeiçoamento pessoal; no âmbito, portanto, da formação contínua, da formação ao longo da vida. Destina-se a alguém que, depois de passar pela universidade, sente a necessidade de preencher lacunas ou de se atualizar em áreas muito específicas: precisa de atualização de formação, de novas competências, mais do que isto é um programa que visa dotar as pessoas de competências que lhes permitam acesso, por exemplo, ao mercado de trabalho que não teriam caso não as tivessem.

Ora, por que razão evoco este projeto no âmbito da mobilidade? Porque em vez de termos, como no primeiro caso, um conjunto de alunos que se deslocam para outro país, nomeadamente para uma universidade portuguesa onde devem realizar um determinado tipo de estudos, este projeto é feito em sua casa, no seu país. Um destes projetos surge em torno dos geoparques, foi lançado na Universidade do Minho, e, neste momento, tem cerca de 30 alunos inscritos. Abriam agora as candidaturas, sendo curioso que 20 destes não são portugueses: 10 deles são brasileiros, e temos ainda inscritos em Moçambique, Cabo Verde, Argentina, Itália. Este é, portanto, um programa ou um projeto de mobilidade, mas de uma mobilidade que não precisa verdadeiramente de mobilidade física, ou seja, é um programa que chega às pessoas.

O Conselho de Reitores está a promover este projeto de ensino a distância não conferente de grau, e temos um conjunto de projetos, por exemplo, na área da saúde em que as inscrições, neste momento, num dos cursos lançados, dificilmente vai ter um número superior a 20 por cento de portugueses. Vai ter essencialmente alunos – e é importante frisá-lo – alunos de África, Angola, Moçambique, em particular. Trata-se, portanto, de um número muito significativo.

Concluo com as recomendações. A primeira é que devemos apostar mesmo na Mobilidade Académica para promover a qualidade das pessoas e a qualidade das pessoas aos dois níveis, ao nível académica e ao nível humano. A aposta na formação contínua e ao longo da vida, por esta via deste segundo projeto de que vos falei, é, de facto, central e pode ser muito importante. Com efeito, esta troca de experiências que hoje vivemos – e esta é a primeira vez que eu estou numa sessão com este perfil e objetivo –, é, sem dúvida, muito enriquecedora e ficaria muito satisfeito de voltar a ver este tipo de experiências.

Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos

Começo naturalmente por agradecer o convite que foi endereçado ao Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos para estar aqui presente. O presidente do Conselho não pode estar presente e, portanto, solicitou-me que o fizesse e é com muito prazer que aqui estou e queria aproveitar também para felicitar a CPLP por esta iniciativa que me parece de extrema relevância e que nós iremos aqui viver durante este dia de trabalho e, nessa medida do contributo que o Conselho coordenador pode dar para os nossos trabalhos, eu solicitei às diferentes instituições que são membros do Conselho que me fizessem chegar algumas experiências que considerem relevantes no domínio da cooperação e também, obviamente, envolvendo a Mobilidade Académica com instituições de países que compõem a Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Como devem imaginar, recebi muitas respostas e, portanto, é impossível obviamente referir aqui todas as experiências e todos, no fundo, as boas práticas que me fizeram chegar. De qualquer modo, gostaria de ser, enfim, mais ou menos sintético nessas referências e de abranger um número mais alargado. Começo, desde logo, por referir que, por exemplo, no Politécnico de Beja, existe um programa interno de mobilidade com o Brasil, denominado Bartolomeu de Gusmão, no âmbito do qual foram estabelecidos acordos específicos com algumas, com sete, mais precisamente, universidades e institutos federais brasileiros.

A particularidade deste programa que gostaria de realçar, é precisamente aquilo que acontece em muitos dos outros programas e muitas das outras ações das instituições e tem a ver com aquilo que é o esforço financeiro que as instituições colocam na cooperação que entendem como fundamental com países aos quais e com instituições que estão em países onde existem laços fraternos que nos unem e que levam a que as instituições suportem esse sacrifício financeiro para implementar ações, programas e este é um bom exemplo desses. Gostaria também de referir como exemplo algo que acontece em Tomar. No Instituto Politécnico de Tomar existe um projeto de colaboração com a Direção Nacional de Museus de Angola que é focado na Arqueologia e Arte Rupestres do Ebo, Kwanza Sul e no Namibe, pretendendo-se, nomeadamente em relação aos dois, mas particularmente o do Namibe, que venha a constituir-se futuramente como Património Mundial. Neste momento, já está numa lista proposta precisamente por Angola.

Além disso, e ainda a nível da ação do Politécnico de Tomar, devo referir que este integra uma rede de estudos ambientais dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Nesse âmbito foi criado um programa também de doutoramento em estudos ambientais no qual o Politécnico de Tomar participa com a vertente da gestão territorial e patrimonial. Por seu turno, a Universidade de Cabo Verde, através da sua reitora, a professora Judite Nascimento, integra igualmente esta rede. Trata-se, portanto, de mais um exemplo. Existem ainda muitos projetos envolvendo este Politécnico a muitos projetos com o Brasil

na área da Arqueologia e Património, envolvendo uma série de instituições que não irei aqui referir em particular.

Um outro exemplo, é o do Politécnico de Viana do Castelo que presta apoio à Escola Superior de Educação da Guiné-Bissau, num processo que envolveu colaboração na organização administrativa, na elaboração de estatutos, estruturação, reestruturação curricular, elaboração de programas, apoio a práticas pedagógicas, e formação de professores. Devo frisar que este projeto foi afetado pela instabilidade política então existente na Guiné-Bissau, e não pôde ser implementado como estava previsto. De qualquer modo, a boa notícia é que, neste momento, existem conversações com o Ministério da Educação da Guiné-Bissau no sentido de reiniciar esta colaboração do Politécnico de Viana do Castelo e também de dar apoio à criação de uma Escola Superior de Agrária.

Devo referir também, no pouco tempo de que disponho, a cooperação entre o Politécnico de Setúbal, através da Escola Superior de Educação, com os países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e também com Timor-Leste quer no campo da formação de professores quer no campo do apoio ao desenvolvimento curricular. Trata-se de uma série de projetos que envolveram tanto a formação inicial de professores, como a elaboração de manuais escolares de Língua Portuguesa para o ensino básico, antologias, textos com a informação científica e pedagógica atualizada. Estes projetos tiveram o apoio financeiro, que gostaria de realçar, da Unicef, do Banco Mundial, do Banco Africano para o Desenvolvimento, da União Europeia, do Instituto de Cooperação Portuguesa, atualmente o IPAD, e da Fundação Calouste Gulbenkian.

Existem aqui muitas outras experiências que eu tenho e, aliás, eu vou depois fazer uma compilação e irei enviar para todos os membros do Conselho até como forma de reconhecimento pela informação que fizeram chegar, obviamente que não haverá tempo para as apresentar todas e gostaria se calhar de me centrar agora nas questões, nas tais três questões que foram solicitadas para nós aqui referimos como sugestões que poderiam ser dadas à CPLP, penso que, em particular, à Comissão Temática no sentido de melhorarmos e é isso que se pretende a mobilidade e particularmente a mobilidade académica no seio dos nossos países.

Eu trazia aqui umas notas escritas e uma delas dizia precisamente respeito, a propósito das sugestões, àquilo que a professora Cristina Sarmento já aqui referiu, ao PIAP, o tal projeto que foi desenvolvido no seio da AULP. Tive oportunidade de, na altura, participar na sua elaboração, porque pertencia ao conselho de administração da AULP. Efetivamente existia um objetivo que depois não foi operacionalizado, mas que é um objetivo de larga dimensão, de abranger todos os países, toda a comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa. Obviamente não estava incluída, na altura, a Guiné Equatorial, mas o objetivo era exatamente o de conseguirmos promover a mobilidade académica não só ao nível de experiências formativas, mas também particularmente ao nível de projetos que pudessem ser desenvolvidos.

O único financiador, em termos operacionais, do projeto foi o Brasil, o que acabou por ditar que o Brasil condicionasse a primeira parte da sua operacionalização a uma cooperação com os países africanos de Língua Oficial Portuguesa e também com Timor-Leste. Portanto, Portugal não foi incluído nesta primeira parte. Entretanto, como a Professora Cristina já o referiu, devido à crise económica que afeta particularmente o Brasil, o projeto acabou por ser suspenso. De qualquer modo, penso que é uma excelente, que foi uma excelente iniciativa e que é, poderá e deverá contribuir para uma aproximação entre a AULP e a CPLP. Seria uma excelente notícia se a CPLP conseguisse adotar um projeto semelhante, nele baseado, para fazer algo em larga escala com um financiamento adequado. Já agora recorro que o financiamento inicialmente previsto para o projeto era de 5 milhões de euros. Obviamente não tem comparação, se pensarmos num projeto tipo ERASMUS, mas é uma expressão que importa, a meu ver, realçar. Com efeito, é importante que se fale de números, que se fale de quantificação ao nível do financiamento e isso eu confesso que nunca consigo encontrar em documentos da CPLP; é algo que procurei na página, no site, a própria Comissão sei que esteve, teve uma reunião, a Comissão Temática, também não consegui ver as conclusões, portanto, há aqui um problema de informação e eu diria, acrescentando à informação, se calhar também de promoção e passo para a segunda sugestão, tem a ver com algo muito concreto: a CPLP ser um veículo motor da promoção do próprio Ensino Superior dos diferentes países junto desta grande comunidade que é a CPLP, da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, e por que não aproveitar uma das vertentes, aproveitar as feiras de Ensino Superior que são realizadas nos seguintes países? Por exemplo, nós vamos ter agora neste mês de março a Futurália, uma feira que decorrerá em Lisboa e onde estarão representantes de diversos países. Por que não a CPLP adotar uma atitude mais coordenadora e haver representação dos distintos países nesses certames, onde se pretende chegar àquilo que é um público-alvo fundamental que são os nossos futuros estudantes? Com efeito, serão os candidatos ao ensino superior essencialmente o público-alvo destas feiras ou eventualmente às formações avançadas às pós-graduações. Deste modo, considero que a CPLP deveria ter um papel relevante nomeadamente a nível da coordenação deste tipo de ações.

A terceira recomendação tem a ver com algo que hoje já foi aqui falado, os mecanismos facilitadores da própria mobilidade, instrumentos facilitadores, mecanismos, como queiramos chamar. Ouvi hoje aqui da senhora Secretária de Estado uma boa notícia, a questão do acordo que foi firmado sobre a questão dos vistos, mas é um problema que tem que efetivamente estado presente nas instituições que a todas elas refere, todas elas que têm intercâmbios com países da CPLP, referem isto mesmo: a dificuldade da burocracia para a obtenção de vistos – estamos a falar de vistos que têm um cariz académico. No fundo, trata-se de uma mobilidade deste tipo: académica. Portanto, seria importante que houvesse uma facilitação processual.

Por fim, a questão do reconhecimento acadêmico é fundamental, os termos de comparabilidade, portanto. Há todo um trabalho que se calhar não envolve muitos custos, e eu sei que o financiamento é sempre um problema, mas que poderia e deveria ser feito. Li algures no plano estratégico, que estava previsto, ou deveria ser promovida a livre circulação dos académicos. Ora, isso seria uma excelente notícia se se pudesse implementar. O certo é que depois na implementação surgem os obstáculos. Portanto, era a uma sugestão que eu colocava, a de um papel mais ativo, no fundo, nestas matérias.

Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado

Naturalmente, como representante da Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado ser-me-ia muito difícil relatar todas as experiências que as diversas instituições que integram a associação possam ter desenvolvido no âmbito da sua internacionalização. Sendo estas mais de 100 instituições, terei de me confinar àquelas que têm tido maior envolvimento e o mais conhecido envolvimento nesta matéria, não necessariamente no aspeto específico de mobilidade porque, para mim, o conceito de mobilidade é um pouco mais restrito do que aquele que tem sido aqui apontado de alguma forma, mas nestes chamados processos de internacionalização, se quisermos dizer assim.

Neste âmbito há, de facto, três instituições que têm tido um envolvimento maior em matéria de internacionalização e também em matéria de mobilidade: a Universidade Lusófona, o Instituto Piaget e a Universidade Lusíada. Para falar na experiência de mobilidade ou para reportar aqui alguma experiência relacionada com este aspeto, naturalmente que devo focar-me naquela que tem sido essencialmente a minha experiência e não a experiência de outras instituições de cujo relato não disponho de informações pormenorizadas. Ainda assim, a Universidade Lusófona desenvolve projetos de instituições de Ensino Superior em países da Lusofonia, como o Brasil, a Guiné-Bissau, Angola e Cabo Verde e penso também Moçambique. Por seu turno, o Instituto Piaget está instalado com estabelecimentos próprios em Cabo Verde e em Angola, enquanto a Universidade Lusíada não tem estabelecimentos próprios em qualquer país estrangeiro, mas dispõe, de facto, de uma experiência mais focada especificamente na mobilidade do que no desenvolvimento de projetos noutros estabelecimentos de ensino próprios.

Nesse sentido, há uma experiência que me é particularmente grata, a que tem a ver com a Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe, que foi criada por uma fundação, a Fundação ATENA, entidade titular da Universidade Lusíada, com o apoio de diversos mecenas locais e também portugueses. Aí há, de facto, um trabalho intenso de mobilidade. Há um núcleo de docentes da Universidade Lusíada que se desloca todos os anos à Universidade Lusíada de São Tomé, onde desenvolve trabalho conjunto com os colegas de São Tomé e onde ministra aulas por módulos, porque aqui a questão de organização curricular tem que ser muito bem ajustada para que esta mobilidade seja possível. Por seu turno, os estudantes da Universidade Lusíada de São Tomé têm a possibilidade de fazer um semestre ou um ano em Portugal. Aqueles que mais se destacarem na sua licenciatura têm acesso a uma bolsa para mestrado na Universidade Lusíada em Portugal. No caso ainda de atribuição de bolsas ou de vantagens, existe um protocolo com o governo regional do Príncipe, que atribui duas bolsas para cada curso ministrado em qualquer uma das Universidades Lusíada em Portugal para os melhores alunos can-

didatos ao Ensino Superior oriundos do Príncipe em áreas que não sejam lecionadas em estabelecimentos de Ensino Superior de São Tomé e Príncipe.

Uma outra experiência tem a ver com a Universidade Lusíada de Angola, onde foram desenvolvidos cursos de mestrado em associação com a Universidade Lusíada de Portugal, com o corpo docente constituído em articulação com as duas universidades, com os programas assentes essencialmente nos programas de mestrado da Universidade Lusíada e com a dissertação defendida perante um júri constituído pela Universidade Lusíada aqui em Portugal. Portanto, o estudante tem de frequentar uma parte da sua formação em Portugal. Além disso, há um protocolo com a Universidade Lusíada de Angola para que os diplomados Angola possam, com vantagens financeiras e com um processo de reconhecimento mais célere do que aquele que habitualmente se consegue nestes processos, frequentar os mestrados e os doutoramentos em Lisboa.

Há também um programa de doutoramento em associação com uma universidade brasileira, o qual será, provavelmente, o melhor exemplo de mobilidade, porque é um programa de dupla titulação com a Universidade Mackenzie de São Paulo e a Universidade Lusíada que está a ser neste momento desenvolvido e prestes a ser implementado. Nestes casos, quer os portugueses que frequentem um ano na Universidade Mackenzie, quer os brasileiros que frequentem um ano na Universidade Lusíada, ficam em condições de obter uma dupla titulação. Isto passa-se apenas num curso, o de Arquitetura. Para isto foi naturalmente necessário harmonizar programas curriculares, harmonizar tempos de leção, enfim, uma série de procedimentos para os quais as instituições, no âmbito deste espaço enorme que é a CPLP, não estão, diria mesmo, devidamente preparadas.

Mas quando falamos em mobilidade internacional, refiro-me aqui um fluxo de ida e de volta, em que se terá verificado uma conjugação de vetores, de forças equilibradas em que cada país. Cada instituição, contribui com o melhor que tem para a outra instituição e recebe dela também o melhor que tem. Se nós encaramos a mobilidade como objetivo em si, penso que não atingiremos grandes resultados. A mobilidade há de ser o resultado e há de ser antes disso um instrumento, um instrumento para quê? Para a partilha do conhecimento. O conhecimento é daqueles fenómenos que antes de se multiplicar tem de se dividir. Se não dividirmos primeiro o conhecimento, ele não se multiplica e só depois de se multiplicar é que se criam novos saberes, é que se acrescentam novas utilizações, é que se acrescentam novos conhecimentos àqueles que já tinham sido criados e isto faz-se como?

E esta é a primeira ideia: através de projetos comuns de desenvolvimento científico, de novos modelos pedagógicos comuns que as instituições têm de desenvolver em partilha para que, de facto, este conhecimento partilhado por via de mobilidade, através deste fluxo de ida e volta, possa naturalmente trazer melhor resultados para as instituições. É evidente que estamos a falar em instituições que podem estar em níveis completamente diferentes de país para país, noutras muito equilibrados.

Mas é preciso criar mecanismos e esse é o exemplo que eu podia dar aqui da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe. É preciso criar mecanismos de equilíbrio, que aproximem quer o nosso modelo, quer o modelo que nos outros países está a ser desenvolvido, quer o nível dos próprios estudantes e dos próprios docentes, que naturalmente têm um quadro completamente diferente.

O que é que a instituição traz de volta? Traz de volta novos conhecimentos, novos modelos, novas aprendizagens e a possibilidade de trazer para o seu seio um novo tipo de estudantes e um novo tipo de docentes e aqui apresenta-se, quanto a mim, muito mais importante nesta fase o desenvolvimento de programas de mobilidade de docentes e de investigadores e até de *staff* administrativo. E, portanto, se falássemos na ideia de um espaço de Ensino Superior lusófono que já hoje foi aqui a florado e acho que esse é seguramente o caminho, ele primeiro haveria de ser construído não com este objetivo específico da mobilidade, mas com este objetivo específico da partilha, da partilha do conhecimento, da partilha de experiências, da partilha das organizações, da melhoria, naturalmente mútua, de umas e outras instituições que aqui se podem envolver e, portanto, nesta perspetiva institucional, as três ideias que surgem de imediato é a necessidade de promover a existência de programas científicos e pedagógicos em associação, a necessidade de harmonizar programas formativos e académicos, não só programas conferentes de grau, mas programas que não ser conferentes de grau podem ser, digamos assim, o primeiro patamar para se promover a integração desses estudantes em programas conferentes de grau e a criação de regras ou, pelo menos, se não for possível criar já, que se estude e que se faça algum desenvolvimento nesta matéria de regras, de modelos de reconhecimento mútuo das formações académicas, entre outros aspetos que estão relacionados com esta questão da necessidade de reconhecimento mútuo das formações, porque esse tem sido um obstáculo permanente e é talvez dos obstáculos mais difíceis de ultrapassar. Porque, de facto, nós hoje estamos integrados num sistema europeu de controlo de qualidade, digamos assim, tudo tem de ser legível, tudo tem de ser claro, tudo tem de ser comparável e só é comparável o que é comparável, porque há realidades que não podem ser comparáveis e se não podem ser comparáveis temos de criar modelos para que elas possam ter a possibilidade de começar a ser comparáveis.

Sem darmos esses passos primeiro, estou convencido de que a mobilidade não passará aqui de um fluxo migratório que nos contentará muito em termos estatísticos, mas que não atingirá os objetivos que se pretendem, exatamente, com este tipo de programas. Não me vou alongar muito mais porque as sugestões já ficaram, de alguma forma, aqui deixadas, mas quando estava aqui a ouvir os vários programas de mobilidade, estava a fazer umas contas relacionadas com a minha experiência particular e familiar. A minha geração, a minha e da minha mulher, tem 35 filhos. Desses 35 filhos são primos diretos, estava a fazer as contas, 17 estão por fora. Um está em Moçambique, outro está na Noruega, outro está na Dinamarca, outro está em Angola, outro está no Brasil,

outro está em Cabo Verde e, de facto, isto é o sinal dos tempos, é o sinal dos tempos, a necessidade de ir buscar experiências fora. Temos de ver aqui agora um outro aspeto: nós vimos isto na perspetiva institucional e a perspetiva pessoal, a perspetiva individual, como é que ela se enquadra aqui? Porque ela tem que ser conciliada com esta perspetiva institucional. O que é que motiva os estudantes, os estudantes para não falarmos apenas de Mobilidade Académica em termos gerais, onde está o staff administrativo, o staff docente, o que é que motiva os estudantes a mudarem de ares, a procurar outras experiências e aí tem de ser possível estabelecer leituras que possam ser estimulantes para que os estudantes possam, de facto, ir à procura de outras experiências nos países da Lusofonia.

Nós, no quadro da CPLP, encontramos uma vastidão de oportunidades e motivações para a partilha do conhecimento e, com este objetivo, para a mobilidade académica numa a extensão geográfica que vai da Ásia, América Latina, passando pela Europa e por África; nesta vastidão, temos uma identidade cultural resultante, desde logo, de uma língua comum que, embora seja aproveitada, não o é de todo em todas as suas potencialidades. Temos uma diversidade cultural assente em raízes culturais diferenciadas, mas partilhadas e vividas para o bem e para o mal numa história em parte comum e, portanto, esta grande proximidade que nós todos podemos vivenciar é naturalmente a um grande fator que pode estimular esta partilha, esta partilha de conhecimentos, esta partilha de experiências e, em resultado disso, como instrumento primeiro a mobilidade e como resultado final também a mobilidade.

CAPÍTULO 2

EXPERIÊNCIAS DE MOBILIDADE

PAINEL 2 • EXPERIÊNCIAS DE MOBILIDADE II

Doutora Maria João Pinto (FCT)

Doutora Maria Hermínia Cabral (FCG)

Doutora Joana Mira Godinho (ERASMUS +)

Professora Doutora Ana Corte-Real (MBA Atlântico/Católica Business School do Porto)

Professora Doutora Cláudia Vaz (ISCSP)



INTERVENÇÃO DA DOUTORA MARIA JOÃO PINTO (FCT)

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Em nome da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, queria agradecer o honroso convite que nos foi endereçado para participarmos neste importante encontro de reflexão e discussão sobre a mobilidade académica no Espaço CPLP.

Todos os anos chegam estrangeiros a Portugal e partem portugueses para fora de Portugal e da Europa. Tudo em nome do conhecimento. Estudantes de ensino superior e cientistas dão forma ao grande objetivo da CPLP de mobilidade de massa crítica qualificada entre os Estados-membros. A mobilidade de investigadores constitui um dos pilares do desenvolvimento e cooperação científica no espaço da CPLP.

Reconhecendo a importância da mobilidade científica, a FCT tem vindo a promover a mobilidade para fomentar a investigação, promovendo programas específicos de apoio à mobilidade que permitem aos investigadores trabalharem, num período determinado, numa universidade ou instituição de investigação fora do país de origem. Estes programas visam criar condições aos cientistas, estudantes e investigadores da CPLP para poderem partir para outros países onde encontram melhores condições para desenvolverem os seus trabalhos de investigação.

Neste sentido, a FCT tem celebrado diversos acordos bilaterais de cooperação científica e tecnológica lançando posteriormente concursos para apoiar a mobilidade de investigadores no âmbito de projetos conjuntos, como por exemplo com a Alemanha, Argentina, Brasil, China, Itália, Marrocos, entre outros. Um dos aspetos importantes nestas ações de mobilidade é a obrigatoriedade da inclusão de jovens investigadores nas equipas, dando assim a oportunidade jovens investigadores de abrirem novos horizontes para a investigação e para as suas carreiras, ao permitir que estes beneficiem das melhores condições das redes de investigação existentes além-fronteiras. No quadro da CPLP, temos como exemplo a cooperação entre a FCT e as suas congéneres brasileiras, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que lançam regularmente editais conjuntos, com uma média de 35 a 40 projetos de mobilidade por ano.

Destaca-se ainda a celebração de acordos bilaterais de cooperação em ciência e tecnologia com Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde, países com os quais Portugal tem laços históricos e uma particular pré-disposição em termos de política externa. Seria desejável que a componente da mobilidade fosse ativada no âmbito da implementação destes acordos, contribuindo para dinamizar a mobilidade científica na CPLP. A FCT está aberta a estes novos desafios. E para dar uma ideia geral dos objetivos da cooperação promovida pela FCT no quadro dos países da CPLP, os referidos acordos visam estimular a colaboração em ciência e tecnologia entre as comunidades científicas, consolidar e fortalecer as relações bilaterais já existentes

e apoiar a inserção de jovens investigadores em projetos e redes de investigação mais abrangentes existentes no espaço da CPLP e para além do espaço da CPLP. Neste sentido, a FCT tem vindo a apoiar diversas ações de cooperação neste espaço, destacando-se o apoio à realização de eventos de cariz científico (a participação em reuniões científicas, seminários, workshops, etc.), a capacitação de recursos humanos (o financiamento de bolsas de formação avançada), e o financiamento de projetos conjuntos. Todas estas ações promovidas pela FCT implicam a mobilidade de cientistas e de outros atores dos sistemas científicos dos países da CPLP.

Apesar de não poder aqui mostrar alguns gráficos que trazia, importa dizer que a FCT investiu cerca de 25 milhões de euros entre 2008 e 2014 em formação avançada (bolsas) para nacionais dos países da CPLP.

Se por um lado os estados da CPLP identificaram como prioridade para as Políticas de Desenvolvimento o aumento do investimento na educação e na formação de recursos humanos, como forma de contribuir para a melhoria da qualidade da educação e investigação científica e para o acesso à educação de excelência em áreas estratégicas, por outro lado, existe uma grande percentagem de investigadores da CPLP altamente qualificados que procura sair dos seus países de origem para desenvolver uma carreira internacional em instituições que oferecem melhores condições de investigação no estrangeiro, provocando a fuga de cérebros nos seus países de origem e a perda de vínculo pessoal e institucional aos seus países de origem.

É neste contexto de promoção da formação de recursos humanos altamente qualificados na CPLP e de combate à fuga de cérebros, que se enquadram os Programas de formação avançada lançados pela FCT (entre 2010 e 2015), como é o exemplo o Programa Ciência Global. Em 2009 o Governo Português apresentou à Reunião Extraordinária dos Ministros responsáveis pela Ciência e Ensino Superior dos Estados-membros da CPLP, o projeto de criação de um Centro de categoria 2 da UNESCO para a formação avançada (Doutoramentos e Pós-Doutoramentos) de jovens cientistas da CPLP, nas áreas das Ciências Básicas, que mereceu a aprovação e o apoio de todos os Ministros ou altos representantes presentes na Reunião. Portugal decidiu lançar um Programa de formação avançada dirigido a estudantes nacionais dos PALOP e de Timor-Leste, o Programa Ciência Global, como preparação das atividades a desenvolver no referido Centro. Este programa para além de dar resposta à prioridade da formação avançada de recursos humanos, visa também o combate ao brain drain/fuga de cérebros.

Este concurso teve muita adesão, recebemos cerca de 438 candidaturas dos vários países, salientando-se Angola, Moçambique e Cabo Verde com maior número de candidatos. Seguiu-se um processo cuidadoso de avaliação que conduziu à seleção de 36 candidatos dos quais 32 celebraram contratos de bolsa com a FCT, registando-se quatro desistências. Como é que este programa combate o brain drain? Para além dos apoios habituais nas bolsas de formação avançada (subsídio de manutenção mensal),

este programa incluiu também algumas especificidades: o subsídio de participação em formações de curta duração, que permite aos estudantes deslocarem-se a outros países com condições avançadas para as suas investigações particulares, ampliando as suas redes de ciência/investigação); o subsídio de trabalho de campo no país e na instituição de origem, que inclui também o apoio à deslocação do orientador ao país de origem dos bolseiros para acompanhar o trabalho de campo do bolseiro. Isto subsídio é importantíssimo porquê se pretende que, ao longo do programa doutoral individual do bolseiro, haja sempre contacto entre os orientadores e instituições dos dois países, assegurando a manutenção do vínculo do investigador à instituição de origem onde estava a trabalhar ou a estudar quando partiu para Portugal e para onde irá regressar depois de terminar os seus estudos, permitindo também manter colaborações entre as instituições de investigação e de ensino superior dos dois países após o término da bolsa. Por último, este programa inclui um subsídio de viagem de vinda para Portugal e de regresso ao país de origem.

Muito rapidamente, um apontamento sobre outros programas doutorais, como o Programa Ciência para o Desenvolvimento (em Ciências da Vida) que já aqui foi referido pela Fundação Calouste Gulbenkian, que tem a contribuição financeira da FCT e o Programa de Doutoramento TropiKMan (em saber tropical e gestão) que não vou ter oportunidade de falar, mas também implica a mobilidade e é dirigido aos PALOP e a Timor-Leste. Só mais uma nota para referir que encontramos algumas dificuldades na implementação destes programas, no que se refere à mobilidade. Logo do início quando se anunciou os resultados do concurso aos candidatos deparamo-nos com a dificuldade na obtenção dos vistos. Apesar dos bons ofícios das missões diplomáticas portuguesas acreditadas nos PALOP e em Timor-Leste, alguns bolseiros tiveram dificuldades em conseguir a concessão dos vistos para atempadamente poderem estar em Portugal e iniciarem o seu programa de trabalhos na instituição de acolhimento.

Como nos pediram para fazer algumas recomendações, uma das recomendações prende-se exatamente com a facilitação da obtenção dos vistos dos estudantes, investigadores e outros atores científicos. Outra recomendação é a de se encontrar mecanismos efetivos de financiamento na CPLP para os projetos multilaterais e para a mobilidade na formação avançada. Uma terceira recomendação é a existência de um mecanismo facilitador para reconhecimento dos graus académicos. Pensamos que seria importante refletir e analisar estas questões.

Muito obrigada pela vossa atenção.

Fundação Calouste Gulbenkian

Antes de mais queria agradecer à CPLP o convite para a Fundação Calouste Gulbenkian estar presente neste encontro e dizer que é com enorme gosto que aceitamos o convite, porque muito o que hoje se fala relativamente à mobilidade académica relaciona-se diretamente com muito trabalho que a Fundação Gulbenkian tem feito ao longo dos anos e mais concretamente o Programa Gulbenkian Parcerias para o Desenvolvimento. Antes de partilhar convosco algumas experiências e projetos que a Fundação Gulbenkian tem apoiado no âmbito de facilitar a mobilidade académica no espaço da CPLP, gostaria de explicitar alguns pontos. Primeiro: o que entendemos por mobilidade académica? Nós entendemos troca de conhecimentos e experiências entre as academias e os canais dessa troca tanto podem ser físicos, como vimos há pouco, como podem ser utilizando as tecnologias de informação.

Segundo, entendemos que a mobilidade académica é uma condição fundamental para a criação de um espaço de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP. É este o pressuposto que assumimos na nossa intervenção. Terceiro, para haver verdadeira mobilidade académica é condição necessária, mas não suficiente, que as instituições se vejam como pares e não numa relação desigual. Quarto, é fundamental, é obrigatório haver vontade de todos para que isso aconteça, desde os governos às instituições, aos docentes e não docentes; e, para haver esta vontade, julgamos que será importante que todos percebam que ganham alguma coisa com este processo. No espaço da CPLP, traduziria de uma forma muito simples a atual mobilidade académica nos seguintes termos: alunos e docentes dos PALOP vêm para Portugal ou para o Brasil, os docentes de Portugal e do Brasil lecionam, suprimindo necessidades nas instituições de Ensino Superior dos Países de Língua Oficial Portuguesa, Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste.

Ora, no futuro, este movimento terá que se alterar em qualquer dos casos e nos dois sentidos, deixarmos de ser Norte-Sul e pensar também em ser Sul-Norte, Sul-Sul, tornarmos o processo circular. De que forma a Fundação está a contribuir então para a alteração desta situação?

Uma área prioritária da nossa intervenção tem sido a formação graduada de recursos humanos, através de um conjunto muito variado de instrumentos de apoio que, mais adiante, discriminarei. Sendo a Fundação uma parceira de longa data com várias instituições de Ensino Superior dos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste, reconhecemos o papel que o Ensino Superior assume como pólo de desenvolvimento dos países e de criação de condições para se vencer os desafios da globalização. Estamos em sintonia com a agenda internacional, ou, pelo menos, tentamos estar, e temos apoiado e sido parceiros em muitos projetos que visam a consolidação científica académica e pedagógica das principais instituições públicas de Ensino Superior dos PALOP e Timor-Leste.

O apoio tem sido concentrado nas instituições de ensino de referência públicas desses países, das quais vou referir, pelo seu peso, quatro: a Universidade Agostinho Neto, (Angola), a Universidade de Cabo Verde, a Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), e a Universidade Nacional de Timor-Leste.

Em duas destas instituições, o caso de Cabo Verde e o caso da Universidade Eduardo Mondlane, a Fundação estabeleceu programas-quadro que definem as prioridades da parceria para um período longo assegurando uma previsibilidade do apoio - o que é particularmente importante - e que permitem um maior acompanhamento e avaliação dos resultados. Nos últimos dez anos, o apoio da Fundação à consolidação dos sistemas de Ensino Superior, que é fundamental para haver mobilidade, sistemas de ensino sólidos, passa pela conjugação de um conjunto de financiamentos como os seguintes: assistência técnica especializada, desenvolvimento de novas áreas curriculares nestas instituições, formação de pessoal docente e não docente, atividades de suporte às atividades académicas e, claro, aquilo que quase todos nós conhecemos na Fundação, as bolsas de estudo.

Porém, nos últimos quatro a cinco anos, temos vindo a alterar a nossa metodologia de intervenção, numa tentativa de respondermos a um novo patamar de consolidação das instituições dos países parceiros no seguinte sentido: primeiro, nas bolsas de estudo, com exceção de São Tomé e Príncipe e a Guiné-Bissau, priorizam-se as bolsas para formação pós-graduada, mestrados e doutoramentos e em áreas específicas que respondam às necessidades dos planos nacionais de desenvolvimento de recursos humanos desses países. Segundo, privilegia-se o apoio à criação e funcionamento das primeiras edições de cursos pós-graduados. Estamos a falar, em particular, de mestrados, mas, mais recentemente, as primeiras edições de alguns doutoramentos em áreas alinhadas com as estratégias de desenvolvimento dos países e que simultaneamente possam ser preventivas do fenómeno de não retenção de quadros. Tentamos assegurar que estes projetos que não são executados diretamente pela Fundação, haja uma ligação entre as instituições de Ensino Superior portuguesas e as suas congéneres nos PALOP e Timor-Leste incentivando-se, e isto pode parecer um chavão uma lógica de corresponsabilização e bilateralidade na troca de experiências, apostando sempre que possível nas metodologias de ensino mistas. Temos neste caso, e vou só referir alguns como exemplos em curso, o apoio ao primeiro doutoramento em Gestão e Políticas Ambientais e à realização de cursos de especialização na área da Engenharia Civil na Universidade de Cabo Verde. Temos o apoio à primeira edição do mestrado em Microbiologia, que neste momento já terminou, e equacionado o apoio primeiro doutoramento em Saúde Pública na Universidade Agostinho Neto, ou temos o apoio às primeiras edições de doutoramento em Economia e ao doutoramento em Gestão na Universidade Eduardo Mondlane.

A par disto, iniciaram-se novas modalidades de apoio à mobilidade de estudantes. A primeira parte que referi foi sobretudo na lógica de reforçar as instituições destes paí-

ses, no segundo mais concretamente virado para o apoio à mobilidade dos estudantes para além dos tradicionais concursos que anualmente para Fundação lança para bolsas de pós-graduação. E, neste âmbito, destacava três pontos. Primeiro, uma aposta recente que estamos a avaliar e que nos parece ser muito interessante, são bolsas para estágios científicos avançados em instituições de Ensino Superior portuguesas para alunos que estão a efetuar o seu doutoramento em instituições de ensino dos países parceiros. É o caso de doutorandos, por exemplo, da Universidade Pedagógica de Moçambique que estão na Universidade do Minho e será também o caso de doutorandos do curso de Ciência e Tecnologia de Energia, da primeira edição deste curso da Universidade Eduardo Mondlane, no corrente ano, no Instituto Superior Técnico.

A segunda são as bolsas, também algo mais recente que iniciámos há quatro anos e que iremos avaliar: bolsas de apoio à investigação para estudantes de doutoramento dos PALOP que se encontrem a realizar os seus estudos fora desses países, mas que pretendam realizar os seus projetos de investigação nos seus países de origem, ou seja, permitir que a ligação não se interrompa enquanto eles estão a fazer o seu doutoramento fora do país, que não se interrompa com o país de origem. Outra iniciativa que é conjunta com a Fundação Eduardo dos Santos, que tem já duas edições, são as bolsas para estudantes finalistas, neste caso angolanos, de cursos superiores nas áreas de Ciências da Saúde para realizarem estágios científicos em instituições de investigação de referência em Portugal.

Apesar de a maioria dos apoios estarem centrados numa lógica bilateral, as experiências e conhecimentos adquiridos permitiram também equacionar projetos de âmbito multilateral. Neste âmbito, vou abordar em concreto o primeiro curso de doutoramento em Gestão e Políticas no Setor Agroalimentar, que esperemos se inicie no final deste ano, início do próximo, na Universidade Eduardo Mondlane e que envolverá, esperamos, docentes e alunos de outras universidades, designadamente de Angola, Cabo Verde e Portugal. Penso que este será efetivamente um bom contributo para a alteração da lógica Norte-Sul e bilateral que em regra imperam em todas as nossas abordagens.

Devo ainda mencionar outro programa do universo Gulbenkian, um programa de pós-graduação designado Ciência para o Desenvolvimento, coordenado pelo Instituto Gulbenkian de Ciência, que conta com a parceria do Ministério do Ensino Superior de Cabo Verde e a comunidade científica de Língua Portuguesa que pretende apoiar a formação de uma nova geração de cientistas em língua portuguesa no domínio das Ciências da Vida e que tem o apoio da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) do Brasil da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia e da Merck.

Concluindo, e olhando para o futuro: o que é que a Fundação é capaz de oferecer? Continuando a recorrer à capacidade de convocatória que temos tido e de tecer parcerias, vamos continuar a apoiar e a acompanhar a agenda, o plano estratégico da CPLP para a Ciência e Tecnologia 2014-2020, tendo presente três coisas: primeiro, é importante aliarmos a academia ao desenvolvimento local, ou seja, é importante que o desen-

volvimento se faça nos países parceiros. É importante que facultemos bases científicas às intervenções e definições políticas no terreno, por isso é importante apoiar a Ciência e é importante que consigamos colocar as novas tecnologias de informação ao serviço da aproximação das instituições e da comunidade e das comunidades internacionais e temos que ir além do espaço da Língua Portuguesa.

Enfim, no que respeita a recomendações? Antes de mais devemos ter presente que este é um caminho longo e em que muitos passos já foram dados, mas ele só será exequível se houver vontade das partes e confiança. A confiança é um ativo que leva muito tempo a construir, mas que se alimenta de parcerias e de transparência; portanto, a recomendação, a primeira recomendação do lado de quem é agência - entre aspas, a Fundação não se vê como agência, vê-se como parceiro-, é fomentar parcerias que vão além da bilateralidade.

A segunda é que só é possível ter mobilidade e, volto ao princípio da intervenção, se as instituições se virem a si próprias como pares e atuarem como tal. É fundamental que haja massa crítica nas instituições e recursos qualificados nos países. Uma derradeira recomendação: deixemo-nos só de olhar para nós, os governos têm que criar, no quadro dos seus contextos, condições para reterem os seus quadros e muitas vezes uma forma de reterem estes quadros passa pela possibilidade efetiva de eles circularem, de lhes darem oportunidade nos vários países para circularem. Para que haja efetiva mobilidade é necessário investir em muito frentes, algumas das quais já dei alguns exemplos, e essas frentes vão muito além da legislação e do processo de acreditação.

Programa ERASMUS +

É sempre um gosto de ter a oportunidade de colaborar com a CPLP e de nos sentirmos parte desta comunidade de 400 milhões de pessoas.

O Erasmus + é o programa da Comissão Europeia e da União Europeia para a Educação, Formação, Juventude e Desportos.

Desde 2014, há ações centralizadas e ações descentralizadas, algumas das quais são geridas pela Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação e há outras que são geridas pela Comissão Europeia e as candidaturas têm que ser apresentadas a Bruxelas.

Houve uma modificação, principalmente na área da educação e formação. A partir de 2014, as subvenções do Erasmus+ são dadas a instituições e não a indivíduos. Por isso, quando os indivíduos estão interessados em participar em mobilidade ou em parceria financiadas pelo Erasmus +, devem concorrer através das suas instituições. Estas, por sua vez, concorrem ao programa Erasmus+.

Este é o primeiro ano em que há uma linha de financiamento específica para os países ACP, África, Caraíbas e Pacífico, incluindo a CPLP. No entanto, essa linha de financiamento é, por enquanto, em Portugal, mínima, não sendo por aí que haverá maiores oportunidades de participação no Erasmus+ pelos países da CPLP. No entanto, o Programa Erasmus+ em geral, quer nas ações centralizadas quer nas descentralizadas, tem cerca de cinco linhas de financiamento que são interessantes para os países da CPLP. Passo, por isso, a transmitir alguma informação sobre essas cinco linhas.

A que me parece mais interessante, é uma linha centralizada. As candidaturas têm que ser apresentadas em Bruxelas, que dispõe de cerca de 130 milhões de euros, dos quais 5 milhões de euros são para países ACP e 13 milhões para países da América Latina. O Brasil pode concorrer para *Capacity Building*, ou seja, para reforço das instituições. Deste modo, uma instituição pode concorrer e obter um financiamento até 3 milhões de euros para 3 anos, sendo 1 milhão por ano para *Capacity Building*. Uma das características desse financiamento é que tem que ocorrer no âmbito das prioridades que cada país comunicou à Comissão Europeia. Consequentemente, as candidaturas têm que ser feitas de acordo com as prioridades nas várias áreas de atuação do Governo.

A segunda linha de financiamento que também poderá ser bastante interessante para a CPLP, é o Erasmus Mundus. Os mestrados do Erasmus Mundus são igualmente geridos centralmente pela Comissão Europeia. Há, neste momento, 57 milhões de euros para estes mestrados, dos quais quase 19 milhões para países ACP. Tal como no *Capacity Building*, financiam-se projetos até 3 milhões, podendo ser 1 milhão durante 3 anos. A diferença entre estes mestrados e o *Capacity Building*, para além da especificidade dos mestrados Erasmus Mundus, é o facto de os países da CPLP poderem ser coordenadores do projeto de *Capacity Building*, enquanto que no Erasmus Mundus os países podem ser

parceiros, mas têm que ter participação de instituições do Ensino Superior da Europa, portuguesas ou outros, em parcerias com universidades de outros países europeus. Ao nível das ações descentralizadas, a principal ação da Agência Nacional é no sentido de financiar mobilidades e parcerias estratégicas em todos os setores da educação e formação. Deste modo, não se confina ao Ensino Superior apesar de o Erasmus ser o nome do subprograma do Ensino Superior, o que pode levar a pensar que o programa se destina apenas ao Ensino Superior.

O programa financia o ensino pré-escolar, escolar, básico, secundário, profissional e superior e a educação de adultos, ou seja, educação e formação ao longo do ciclo de vida das pessoas.

Os países da CPLP têm oportunidade de participar nas linhas que são financiadas em Portugal a três níveis: a mobilidade – damos subvenções a instituições portuguesas. Deste modo, docentes, discentes, pessoal de instituições de educação e formação de países da CPLP que estejam em Portugal, enquadrados nessas instituições, podem beneficiar desse financiamento, mas têm que estar numa instituição portuguesa. A outra linha, uma linha nova desde 2014, e que, a partir deste ano, tem financiamento para os países ACP e incluindo a CPLP, é a *International Credit Mobility*. No entanto, o financiamento é, por enquanto, limitado embora espere que, no futuro, aumente. Por enquanto, ele é de menos de 4 milhões de euros por ano para todas as regiões – Europa e todas as outras regiões do mundo. Para os países ACP é de 141 mil euros e para a América Latina é de 152 mil euros. Como veem, é mínimo comparado com o financiamento global do programa Erasmus+ e com todas as linhas de financiamento. No entanto, apesar de ser a linha mais específica, não é a única de que os países da CPLP podem beneficiar.

Por último, temos a linha das parcerias estratégicas em que podem participar, como parceiras, instituições de todos os níveis da educação e formação. Podem participar no Programa Erasmus+, desde que seja demonstrado o valor acrescentado que trazem para a parceria; por exemplo, a investigação sobre o vírus Zika: se um país da CPLP demonstrar que traz valor acrescentado nesse âmbito, pode integrar uma parceria estratégica e ser financiado por essa linha de financiamento.

Estas são as cinco linhas. Informação detalhada sobre elas, está disponível nos nossos sítios web. Temos dois, um em conjunto com a agência Erasmus+ da Juventude – o Erasmus+.eu, e um mais específico para a educação e formação que é o Erasmus+.pt, com informação sobre todas as ações descentralizadas e descentralizadas.

Concluindo, apresento quatro recomendações que se aplicam a todos os países da CPLP, Portugal incluído. A primeira é que sejam selecionados os melhores – docentes, discentes, pessoal das instituições de ensino de educação e formação – para participarem na mobilidade e nas parcerias estratégicas, mas, dentro dos melhores, os que são mais necessitados – esse é um esforço que nós fazemos aqui em Portugal e que, muitas vezes, é complexo. A segunda já foi mencionada pela Fundação Gulbenkian e pela Fun-

dação da Ciência e Tecnologia; refiro-me ao chamado *brain drain*, o regresso às origens. Quando eu era estudante e profissional beneficiei de vários financiamentos à minha mobilidade. Em certos casos exigiam-nos que assumíssemos o compromisso por escrito de regressar ao país por um certo período de tempo, geralmente idêntico ao que beneficiávamos. Outros eram mais rigorosos; por exemplo, o Programa Fulbright financiava viagens, não financiava um período de estadia específico, mas exigia que as pessoas voltassem ao país de origem durante dois anos, apesar de não estar a financiar a formação. Penso que esse é um mecanismo eficaz, havendo, todavia, outros mecanismos para garantir que as pessoas devolvem ao seu país algum do investimento que é feito nelas. A outra recomendação que nós temos no âmbito do Erasmus+ é no sentido de serem apresentados projetos específicos, em áreas concretas e objetivos bem delimitados; por exemplo, o *Capacity Building* não deverá ser um projeto vago de reforço da capacidade de universidades, devendo ser específico, nomeadamente na identificação de departamentos envolvidos e dos objetivos específicos que esse reforço de capacidades vai apoiar. Por último, coloca-se a questão dos vistos e da acreditação. Por um lado, a acreditação exige a elaboração de protocolos, no âmbito da CPLP, com as instituições portuguesas, protocolos esses que devem ser reforçados e efetuados com outros países, nomeadamente para garantir que formação realizada no estrangeiro é reconhecida nos países da CPLP. Por outro lado, a questão dos vistos, pois, para Portugal, há *waivers*, mas para outros países pode não haver e, por isso, convém que esta questão seja também estudada.

Católica Porto Business School – Programa MBA Atlântico

Começo por fazer um agradecimento muito sentido ao Senhor Professor Doutor Mário Avelar pelo convite em fazer parte desta discussão, dando-nos a grande oportunidade de partilhar um programa que foi criado pela Católica Porto Business School e que desde o início teve como ambição exatamente o que hoje se discute aqui a nesta iniciativa, a mobilidade, a transmissão de conhecimentos e a promoção da Língua Portuguesa. É com enorme satisfação que venho partilhar com os meus colegas aqui presentes, Nuno Corte-Real e Cosme Almeida, um caso bem ilustrativo de mobilidade académica entre três continentes, três países e três universidades, o programa MBA Atlântico que já tem seis anos de existência e que desde o seu início conta com o alto patrocínio dos presidentes da República em cada país e do apoio institucional da CPLP.

A missão do MBA Atlântico é formar gestores de referência vocacionados para a internacionalização através da Católica de Angola, que é a UCAN, da PUC, no Rio, no Brasil e da Católica Porto Business School em Portugal. Estamos, de facto, perante uma rede de universidades católicas que é o garante do programa em termos de reputação local. Conta com uma rede de parceiros institucionais e empresariais absolutamente críticos para a sustentabilidade e para a promoção do programa e que, de facto, de quem nós muito dependemos para promover este MBA, uma vez que para a Católica Porto Business School este programa mais de que um programa como os outros de formação executiva, que são vistos muito como programas rentáveis, é um programa que vai de encontro à missão da Universidade Católica Portuguesa exatamente da promoção e do acesso de conhecimento a todos os países da CPLP.

O MBA Atlântico é um programa *full-time*, composto por uma única turma, num máximo de trinta alunos com três nacionalidades, assente na mobilidade de alunos e docentes, proporcionando uma vivência cultural no mundo da Língua Portuguesa com base numa imersão durante um ano espalhada por três trimestres. Deste modo, até agora – devo referir que vamos fazer uma reformulação em 2017 – os alunos começam por passar o primeiro trimestre em Luanda, o segundo trimestre no Rio e o terceiro trimestre no Porto. Reforçando o que já foi aqui dito pelo senhor professor Filipe Vaz, mais do que o ganho de competências académicas inerentes a qualquer MBA, estes alunos transformam-se como pessoas, tornam-se, neste sentido, pessoas mais completas e melhor preparadas para se diferenciarem no mercado de trabalho. Esta é uma questão – porque nós acompanhamos ao longo dos três trimestres nos três países – extremamente gratificante, a de ver como os alunos entram no programa e como os alunos saem do programa.

O MBA conta com 700 horas letivas que incluem aulas, seminários, visitas a empresas e um projeto de final de curso. Privilegiamos o saber de cada universidade local, contando com os docentes de cada universidade e com personalidades de referência

em cada país. Um pouco alinhado com a visão já aqui referida pelo senhor professor João Redondo, acreditamos que o conhecimento tem que ser dividido para depois se multiplicar pelo que não fazemos aqueles típicos programas internacionais que assentam apenas na mobilidade dos professores e no uso das instalações locais pelos parceiros.

O nosso programa promove o saber de cada universidade assente numa relação de pares, promovendo o desenvolvimento local, tal como a doutora Maria Hermínia Cabral referiu, e se isto significa que nós, ao contrário de muitos outros programas, não levamos os professores de Portugal para o Brasil e para Angola, mas fazemos uma equipa com professores de cada universidade, naturalmente garantindo a qualidade inerente a qualquer MBA. Temos uma seleção rigorosa dos candidatos, com a realização de um teste do tipo GMAT, para quem conhece, é um teste feito para os MBAs em português, uma entrevista presencial e a análise do currículo garantindo os standards de acreditação, o que aumenta a exigência do programa em termos de seleção dos alunos, até porque temos que ter quotas equilibradas entre as nacionalidades.

Uma das questões distintivas deste programa é a composição da turma e o equilíbrio entre as três nacionalidades. É um programa ímpar em todo o panorama de formação internacional, que merece toda a atenção das universidades internacionais e das agências de acreditação. Importa referir que é o único MBA acreditado pela Agência Internacional AMBA em língua portuguesa. Posso partilhar que foi uma enorme surpresa a acreditação do MBA Atlântico, na fase em que a obtivemos, uma vez que o programa ainda estava na sua segunda edição. Mas, na verdade, e desde do início, a agência de acreditação considerou que o MBA era extremamente distintivo, muito ambicioso, e nesse sentido merecedor do reconhecimento internacional. É também o único programa de MBA de Angola acreditado e é um dos poucos MBA, apesar da dimensão do país, no Brasil, acreditado pela AMBA.

É um programa que reúne alunos de três nacionalidades e que permite uma tripla diplomação. Neste sentido, esperamos que a consciência e o reconhecimento da importância deste tema, de que é exemplo, de facto, esta iniciativa, nos possa ajudar a ultrapassar os desafios que temos ao acreditar que nesta MBA e que serão ainda maiores no futuro à medida que perseguimos este objetivo de alargar o programa a estudantes de outros países da CPLP.

A nossa ambição é, de facto, poder ter uma turma composta por diferentes nacionalidades, e não nos restringirmos às nacionalidades dos países das universidades parceiras. Já houve uma edição que tivemos alunos moçambicanos e queremos não só também queremos alargar a outras nacionalidades de países da CPLP e também até alunos que possam eventualmente não terem língua materna português, mas que tenham fluência no português. Daí que a parceria com o Instituto Camões seja, para nós, absolutamente crítica, porque, no fundo, nos vai permitir fazer o teste de proficiência da Língua Portuguesa.

Por fim, e tendo-nos sido pedidas três recomendações, começo por referir que consideramos muito importante promover programas de diplomação, mas sentimos que esta mobilidade está muito dependente dos reconhecimentos dos diplomas, o que já foi aqui sobejamente referido. Devemos promover programas que promovam a partilha de mundividências e o envolvimento do tecido empresarial e, por fim, promover programas de bolsas, e aqui falo concretamente de uma bolsa, por exemplo, CPLP para o MBA Atlântico, e mais uma vez com o envolvimento das empresas. O envolvimento de tecido empresarial, por exemplo, neste programa, é absolutamente crítico naquilo que depois será a integração dos alunos no mercado de trabalho. Por isso, alargar a rede de parceiros não só institucionais, mas a parceiros empresariais é absolutamente crítica.

CAPÍTULO 3

INSTRUMENTOS JURÍDICOS DA CPLP PARA A MOBILIDADE ACADÉMICA

O terceiro capítulo corresponde ao terceiro painel consagrado ao tema Instrumentos Jurídicos da CPLP para a Mobilidade Académica e reúne as intervenções do Dr. Mário Mendão (Secretariado Executivo da CPLP), da Dr^a Filomena Lopes (Embaixada de Cabo Verde) e da Dr.^a Cecília Pina (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna de Portugal), com moderação da Prof.^a Doutora Ana Benavente (ULHT).

PAINEL 3



INTERVENÇÃO DO DOUTOR MÁRIO MENDÃO (CPLP)

Assessoria Jurídica do Secretariado Executivo da CPLP

Permitam-me que comece por me apresentar. Sou assessor jurídico no Secretariado Executivo e, tendo em conta as funções de depositário das convenções internacionais que o Secretariado assume, as convenções internacionais assinadas entre os Estados-Membros, cabe-me dar-vos alguma informação sobre quais são as convenções que existem e qual é o seu ponto de situação em relação à ratificação e resultante entrada em vigor.

Gostaria de começar por fazer um périplo, digamos assim, por todos aqueles que existem na área da mobilidade, que são alguns ainda, tendo ciente que nem todos eles se refletem necessariamente sobre a mobilidade académica, havendo dois deles que sim e sobre esses que falarei mais detalhadamente mais para a frente.

Deste modo, os acordos existentes e que são pertinentes para a questão da mobilidade, vêm, na sua generalidade, de 2002 ou foram assinados neste ano durante a Convenção, a Cimeira de chefes de Governo, em Brasília. Há um acordo anterior sobre passaportes diplomáticos especiais e de serviço mas, no grupo Brasília, surge um acordo sobre a concessão de vistos de múltiplas entradas para determinadas categorias de pessoas. Este é um daqueles que abordarei mais adiante e que está em vigor desde 2003, assim como o acordo sobre o estabelecimento de requisitos comuns máximos para instrução de processos de visto de curta duração, também em vigor, o acordo sobre o estabelecimento de balcões específicos nos postos de entrada e saída para o atendimento de cidadãos da CPLP – esta é uma realidade que provavelmente já teréis percecionado, pois, no Aeroporto da Portela existem outros locais (balcões) específicos para a CPLP nos postos de entrada principais dos nossos Estados-Membros; acordo sobre concessão de visto temporário para tratamento médico, o qual não será pertinente neste âmbito, tal como a isenção de taxas e emolumentos para a renovação da alteração de residências. Particularmente importante nesta área é um acordo de 2007 que entrou recentemente em vigor sobre a concessão de visto para estudantes nacionais dos Estados-Membros da CPLP.

Devo mencionar o facto de eventuais dúvidas sobre estes aspetos poderem ser esclarecidas através do Secretariado através do endereço eletrónico juridico@cplp.org, que está ao vosso dispor.

Detenho-me, em seguida, mais em pormenor sobre os dois acordos internacionais no âmbito da CPLP, que são mais pertinentes a esta área da mobilidade académica, o acordo sobre a concessão de vistos de múltiplas entradas para determinadas categorias de pessoas, assinado em 2000 e que está em vigor, inclui ou prevê que os seus beneficiários serão, entre uma lista mais extensa, cientistas, investigadores e pesquisadores. Nota-se desde logo aqui uma falta, os estudantes. Alguns dos professores podem eventualmente ser cientistas, investigadores, mas não é claro o acordo.

Levanta-se também o caso em relação a este acordo de que tem havido grandes dificuldades na sua implementação, porque ele previa que esta qualidade - cientista, investigador ou pesquisador, ou uma das outras qualidades que são admissíveis, teriam de ser credenciados ou recomendados por instituições e que, para esse efeito, os Estados-Membros teriam de produzir listas de instituições, o que tem constituído sempre um grande obstáculo que levou a uma escassa aplicabilidade deste acordo, embora já esteja em vigor há vários anos.

Para dar resposta a esta e outras questões, posteriormente, em 2009, creio, foi assinado entre os Estados-Membros um acordo específico para a mobilidade dos estudantes e neste sentido, embora o acordo seja de 2009, os processos de ratificação, como seguramente saberão, duram sempre alguns anos, pois tem de passar pelo Governo, Assembleia, muitas vezes promulgação por Presidente da República. Consequentemente, só em 2015, a 1 de setembro, este acordo acaba por entrar em vigor e, em bom rigor, só para três dos Estados-Membros: Cabo Verde, Portugal e Timor-Leste. Tendo em conta que este acordo entrou em vigor recentemente, o Secretariado Executivo tentou, para além das suas obrigações normais, unificar os estados de que entrou em vigor.

Tentou também chegar às autoridades que lidam com estas questões e muito recentemente em Díli, na reunião dos Serviços de Migrações e Fronteiras da CPLP, no âmbito da reunião da Administração Interna, tive oportunidade de falar aos representantes dos Estados-Membros do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, serviços de migrações e afins, que estavam todos representados todos os Estados-Membros. Tive oportunidade de chamar-lhes a atenção para o facto de que, em setembro, o acordo tinha entrado em vigor e que seria expectável que, com a entrada do ano letivo, e durante agora estes tempos, começassem a surgir alguns pedidos ao abrigo do dito acordo.

Devo mencionar ainda em relação a este acordo que ele é constituído para especificamente a classe dos estudantes e define-os como cidadãos do estado-membro aceites ou inscritos em cursos académicos ou técnico-profissional, com uma duração mínima de três meses, lecionado no estabelecimento de ensino reconhecido num estado-membro diferente daquele da nacionalidade do estudante.

Para além de outras questões, um dos pontos que acho pertinente aqui focar prende-se com o espaço de tempo. Os Estados-Membros assumem, através deste acordo, que desde o pedido de visto até à concessão não poderá passar um prazo de 30 dias até à decisão sobre a concessão não poderá passar um prazo de 30 dias. Isto tem em vista dar resposta a um dos temas que foi levantado na altura, que foi uma grande morosidade dos processos de emissão de vistos que levava a que, por vezes, os alunos perdessem o início do período académico letivo em razão disso. Quanto aos documentos exigíveis, são os normais para a emissão de um visto comum.

Devo sinalizar apenas mais alguns aspetos. Estranhamente para estes contextos, embora exista este grupo de acordos celebrados entre os Estados-Membros neste âm-

bito, a nossa percepção é a de que não há dados. Com efeito, o Secretariado não tem dados para afirmar isto de uma forma cabal, mas a generalidade dos casos de emissão de vistos entre os nossos Estados-Membros não passa por estes acordos, mas sim por acordos bilaterais que existem entre os Estados-Membros. Sendo assim, esses e muitos casos antecedem estes acordos de CPLP e continuam a ser utilizados, o que não impede que este quadro da CPLP exista e que se torna particularmente importante para aqueles Estados-Membros que não têm esses ditos acordos bilaterais.

Embaixada de Cabo Verde em Portugal

Quero agradecer ao Secretariado Executivo da CPLP o convite que nos dirigiu para estarmos aqui hoje e agradecer também à Comissão Temática de Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia por ter promovido este encontro sobre um tema que consideramos muito importante para a CPLP. Mormente para um país como Cabo Verde que não dispõe de recursos naturais e que, como é do conhecimento geral, vem apostando precisamente na formação dos seus recursos humanos, no país e no exterior, pois são eles o principal recurso do país.

A vinda dos estudantes cabo-verdianos acontece por via dos seguintes instrumentos: (1) um instrumento bilateral, o Acordo no Domínio do Ensino e Formação Profissional, afirmado entre o Governo de Cabo Verde e o Governo de Portugal em 1976; (2) um instrumento nacional português que regula os regimes especiais de acesso e ingresso no ensino superior, o Decreto-Lei n.º 393-A/99 de 2 de outubro, que na sua alínea d) inclui os estudantes bolseiros nacionais de países africanos de expressão portuguesa, que se candidatam no quadro dos acordos de cooperação firmados com o Estado Português; e, ainda, (3) outro instrumento legal nacional português, o Decreto-Lei n.º 36/2014, que vem regulamentar o Estatuto de Estudante Internacional, e que, no quadro do financiamento das universidades, permite o ingresso de estudantes estrangeiros no geral no sistema de ensino superior português. No âmbito deste regime, também ele especial, muitos estabelecimentos de ensino superior portugueses estabelecem protocolos com Câmaras Municipais de Cabo Verde no sentido de incrementar a vinda dos alunos, criando para o efeito regimes muito favoráveis de propinas e de condições de estadia.

Para começar, abordaremos a vinda de estudantes através do regime especial com base no referido Acordo no Domínio do Ensino Superior e Formação Profissional e no Decreto-Lei 393-A/99. Na fase inicial, a partir de 1976, o estudante obtinha a vaga, cumulativa com uma bolsa de estudos, concedida pela Cooperação Portuguesa. Atualmente, os bolseiros do 1º ciclo cabo-verdianos são principalmente financiados pelo Governo de Cabo Verde. As candidaturas para essas vagas eram e continuam sendo feitas no através de um concurso nacional, lançado pela Direção-Geral de Ensino Superior (DGES) de Cabo Verde, para a concessão de vagas para o exterior, sejam para Portugal, sejam para outros países com os quais Cabo Verde tem relações de cooperação nesta área. Os critérios para esses concursos são essencialmente definidos pelos países que concedem as vagas, veremos mais adiante o caso português.

Anualmente, a cooperação portuguesa sempre concedeu cerca de 800 vagas para estudantes cabo-verdianos que até aos anos 90 eram preenchidas quase na totalidade. No entanto, a partir de meados da década de 90, com a criação das primeiras instituições de ensino superior em Cabo Verde, o número de candidaturas começou a reduzir e na

atualidade não ultrapassa as 300 candidaturas, sendo que o número de matrículas é até menor. A DGES de Cabo Verde recebe os processos e envia-os para a Embaixada de Cabo Verde em Portugal, que por sua vez os remete à Direção-Geral do Ensino Superior português. Um número residual de câmaras municipais, que vem diminuindo cada vez mais, também lança concursos através deste regime especial. Posteriormente os processos são entregues junto da DGES de Cabo Verde, e seguem a via diplomática normal, tal como acima descrito.

Os alunos selecionados através do concurso nacional de vagas são colocados pela DGES portuguesa nos estabelecimentos de ensino superior públicos e alguns privados, num leque muito variado de cursos. A lista dos estudantes colocados nos estabelecimentos de ensino portugueses é publicada no site das DGES de Portugal e de Cabo Verde, a primeira também a envia para a Embaixada portuguesa na Praia. Portanto, quando o estudante colocado vai requerer o visto junto do Centro Comum de Vistos, essa Embaixada pode confirmar que o seu nome consta dessa lista. Todavia, o aluno tem que cumprir os requisitos que Portugal estabelece para a concessão do visto de estudante, tais sejam, apresentação dos comprovativos de meios de subsistência e de alojamento. Esta exigência implica ter-se um termo de responsabilidade de alguém em Portugal, o que, muitas vezes, complica muito a vinda do estudante, impossibilitando ou, pelo menos, atrasando a sua vinda, com repercussões muito nefastas no seu sucesso escolar.

Relativamente aos critérios, Portugal estabelece três requisitos para o ingresso através do regime especial: o estudante possuir a nacionalidade cabo-verdiana, o ensino secundário concluído e a média mínima global do secundário de 14 valores. Relativamente ao primeiro e segundo critérios, o da nacionalidade e da conclusão do ensino secundário, se o aluno residir em Cabo Verde e tiver realizado o ensino secundário lá, ele pode acumular a nacionalidade portuguesa, na medida em que Portugal permite que os seus nacionais emigrantes ingressem através do regime especial; em contraponto, os alunos que tenham concluído o ensino secundário em Portugal não podem ter a nacionalidade portuguesa. Quanto ao terceiro critério estipulado pela DGES portuguesa, a média mínima de 14 valores, essa consiste na média global do ensino secundário e não podem ser arredondados. Portanto, os estudantes naturais de Cabo Verde, seja ensino regular, seja ensino profissional, podem concorrer a uma vaga para Portugal desde que preencham estes dois requisitos, nos termos referidos. Os estudantes cabo-verdianos que tenham concluído o ensino secundário em Portugal devem realizar as provas de acesso exigidas por este país e devem entregar os seus processos no Departamento de Estudantes da Embaixada de Cabo Verde em Portugal.

Quanto ao ingresso através do regime especial do Estatuto de Estudante Internacional, o procedimento concursal é todo ele estabelecido mediante protocolo entre os estabelecimentos de ensino superior e as Câmaras Municipais, no quadro das competências que autonomias administrativas lhes são conferidas, e os processos não passam

pelas DGES e nem pela Embaixada de Cabo Verde em Portugal. Nesta, os alunos apenas se dirigem quando chegam a Portugal, para fazerem a sua inscrição no serviço consular e no departamento de estudantes. De referir, que o número de estudantes que ingressam através deste regime vem aumentando exponencialmente, desde a crise económica, e que as condições de propinas e até de alojamento são muito vantajosas. As instituições de ensino, que são na sua maioria fora de Lisboa, criam ótimas condições para a integração dos alunos.

Naturalmente, que qualquer estudante cabo-verdiano pode ingressar no ensino superior português por meios próprios, e são muitos os que o fazem, através do regime geral e dos regimes especiais, com a exceção do regime especial abrangido pelo já referido acordo intragovernamental.

Antes de concluir, devo referir que, para além de Portugal, Cabo Verde tem ainda mobilidade de estudantes com o Canadá, Tailândia, China, Índia, Brasil, França, Estados Unidos, Espanha, Turquia e Israel, entre outros.

Passando às recomendações, reiteramos algo que já foi abordado aqui: a necessidade de uma maior agilização dos processos de concessão de visto de entrada em Portugal, pois, como disse, a dificuldade na obtenção do visto leva a que o aluno chegue tardiamente a Portugal, determinando muitas vezes o seu insucesso escolar. Devemos destacar ainda outro aspeto importante, que é o facto de a mobilidade dos estudantes dever passar também pela facilitação ao acesso aos cuidados de saúde. Os estudantes que vêm para Portugal no âmbito do acordo intragovernamental podem ter acesso ao sistema nacional de saúde, mediante a apresentação de uma declaração de bolsheiro para se inscreverem no centro de saúde, passada pela Embaixada de Cabo Verde. Os demais estudantes, que vêm por conta própria ou através das Câmaras Municipais, enfrentam muitos entraves à sua inscrição nos centros de saúde, muitos fazem é uma inscrição esporádica e têm de pagar as consultas por inteiro. Somente depois de obterem a autorização de residência temporária é que estes estudantes conseguem a inscrição definitiva nos centros de saúde, passando a pagar apenas as taxas moderadoras, até lá, se não conseguirem inscrever-se de todo, eles têm de contratar um seguro de saúde para terem assistência médica e para poderem ter um documento de assistência na saúde que têm de apresentar no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras português, quando forem requer a autorização de residência. Apenas esclarecer que a autorização de residência temporária é requerida antes de o estudante perfazer os três meses de estadia em Portugal, isto é, antes do visto caducar, e a sua obtenção também tem o seu tempo de espera.

Para terminar, gostaria de destacar que Portugal continua a ser o destino preferencial dos cabo-verdianos para realizarem os estudos no exterior, juntamente com o Brasil, em virtude, fundamentalmente, da partilha de uma língua comum, que facilita sobremaneira a integração no meio social. Gostaria de reiterar, ainda, a importância desta mobilidade académica, que adquire cada vez maior relevância para o incremento

da especialização e do desenvolvimento dos países da CPLP, na medida em que ela que não se cinge aos estudantes do grau de licenciatura, antes pelo contrário, são imensos os técnicos que realizam pós-graduações, mestrados e doutoramentos através desta mobilidade académica.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna de Portugal

Antes de mais, como primeira palavra, agradecer o convite que foi feito ao MAI e depois estendido ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras pelo Secretariado Executivo da CPLP para estarmos aqui presentes a ajudar a este debate e a tentar contribuir e tentar aprender também com as experiências que vão ser aqui relatadas.

A matéria da Mobilidade Académica, numa primeira fase e em termos organismos públicos, em Portugal, vai entroncar em diversos organismos. A primeira será logo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que se integra na estrutura do Ministério da Administração Interna.

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras é o organismo que acautela e controla as entradas do cidadão estrangeiro em Portugal, e, numa fase posterior, a permanência do cidadão estrangeiro e da sua atividade em território nacional. Como esta é uma atribuição do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, será este organismo que pode aparecer numa primeira linha do conhecimento comum do cidadão, como a instituição portuguesa ou organismo do Estado português que tem mais atribuições nesta questão da Mobilidade Académica.

Queria só sublinhar o trabalho que é prestado ainda antes do cidadão entrar em Portugal e no seu país de origem ou no país onde está a residir antes de vir para Portugal pelos oficiais de ligação para a imigração. Neste momento, e no âmbito dos países que integram a CPLP, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras ou o Estado português, melhor dizendo, tem oficiais de ligação nos seguintes países: em Angola, no Brasil, em Cabo Verde e na Guiné-Bissau. Penso que nestes quatro países também são inspetores do SEF que estão a operar como oficiais de ligação.

Normalmente, os oficiais de ligação estão colocados junto das representações consulares e trabalham diretamente com as representações consulares portuguesas nesses países.

Ora, como acima referi, uma das atribuições do SEF é exatamente a de controlar as entradas em território nacional dos cidadãos estrangeiros e depois acompanhar a permanência desses cidadãos em território nacional. Essa permanência passa, a maior parte das vezes, pela concessão de autorizações de residência para determinados fins. Esta atuação do SEF, contudo, não pode ser uma arbitrária, sendo pautada por lei. A lei é interna, pode ser uma lei, um decreto-lei, ou um decreto regulamentar, estando o Estado português, ao formular as suas leis, obrigado a um direito supranacional.

Já foram aqui referidos acordos CPLP pelo Dr. Mário Mendão. Ora, esses acordos CPLP fazem parte desse conjunto de normas supranacionais, emanando, portanto, de organismos acima do Estado e que o Estado português deve obediência. Outro exemplo desse direito supranacional serão as diretivas da União Europeia.

Muito rapidamente darei quatro exemplos de direito supranacional a que o Estado português está obrigado e que deve ter presente quando legisla em termos de Assembleia da República ou do Governo português: a Diretiva n.º 2004/114, do Conselho, de 13 de dezembro; a Diretiva também do Conselho n.º 2005/71, de 12 de outubro; o acordo já referido CPLP sobre a concessão de vistos para estudantes nacionais de Estados-Membros da CPLP que foi ratificado, penso eu, por Portugal pelo Decreto n.º 10, de 2014, portanto, não há muitos anos; e temos ainda um acordo sobre a isenção de taxas e emolumentos; um acordo CPLP, que depois também tem expressão na lei portuguesa, e mais adiante referirei qual o normativo da lei portuguesa que vai beber este acordo sobre a isenção de taxas e emolumentos.

Ora, já sabemos que, acima da lei nacional, temos um ornamento supranacional. Refiro-me, concretamente, à legislação nacional a que o SEF deve obediência quando dá pareceres na emissão de vistos ou quando concede, ou quando recusa autorizações de residência. É esta legislação nacional, desde logo, a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que tem tido sucessivas alterações e que nós, na prática, chamamos Lei de Estrangeiros, cuja última alteração data de 2015. Temos também o Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de novembro, que regulamenta a lei, ou seja, na lei nós temos princípios gerais, temos direitos e deveres. Depois temos o decreto regulamentar para saber ao certo questões mais minuciosas, que documentos apresentar, a quem nos dirigimos, o que é que pedimos, em que tempo pedimos. Este decreto regulamentar regulamenta, portanto, a Lei de Estrangeiros, e data também de 2007, também tem tido sucessivas alterações e a última das quais foi em 2015.

Ora, no que concerne a esta matéria da mobilidade de estudantes, nós vemos que é uma matéria cara à Lei de Estrangeiros e, desde logo, quando observamos o artigo 3.º da Lei de Estrangeiros, podemos ver que o n.º 6 do artigo 3.º tem um elenco vasto de conceitos que estão presentes na lei para quem quiser interpretar a lei e saber o que é que significa cada conceito, seis dos quais se relacionam com a atividade estudantil ou a atividade dos investigadores que queiram vir para território nacional. Esses conceitos são os seguintes: atividade altamente qualificada, centro de investigação, estabelecimento de ensino, estudante do Ensino Superior, estudante do ensino secundário, investigador. Portanto, temos seis conceitos necessários para sabermos aquilo que está vertido na Lei de Estrangeiros e que se liga necessariamente com a mobilidade académica.

A mobilidade académica pode ser de estudantes, mas também pode envolver investigadores ou docentes universitários. Concretizando melhor este quadro legislativo, vejamos o que é que nos diz a Lei de Estrangeiros, a lei com que trabalhamos diariamente nesta matéria? De uma forma geral, qualquer cidadão estrangeiro que queira vir para Portugal precisa de se munir, no seu território de origem ou no país onde está a viver, de um visto que lhe permita entrar em território nacional. Esse visto dirá logo o que é que a pessoa quer vir fazer, se quer vir fazer turismo, se quer vir estudar, se quer vir investigar,

se quer vir trabalhar. Esse visto é concedido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros através dos consulados portugueses nos diversos países.

Depois, dentro do território nacional, conforme aquilo que vier fazer e o tempo que quiser ficar, a pessoa poderá pedir junto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras uma autorização de residência para este ou para aquele fim. No caso concreto da mobilidade, poder-se-á pedir um visto de estudo, quer para estudantes do ensino secundário, quer para estudantes do ensino de superior, ou poder-se-á pedir um visto para investigação.

Se o cidadão estrangeiro quiser ficar um tempo curto em Portugal, tem dois tipos de possibilidade de figuras jurídicas que pode solicitar no consulado antes de entrar em Portugal, isto é, no consulado do seu país de origem ou país onde está a residir. Será um visto de estada temporária para atividade de investigação científica que lhe permite solicitar a entrada em território nacional e aqui ficar por um curto espaço de tempo, no máximo de um ano. Poderá também, noutro tipo de atividades, ser solicitado um visto de estada temporária para períodos que sejam superiores a três meses para frequência de um programa de estudos, mas este só pode ser prorrogado até ao máximo de um ano, ou seja, para todos aqueles que querem vir por um período mais alargado para completar nomeadamente um ciclo de estudos no ensino universitário ou mesmo ensino secundário, qualquer uma destas figuras é demasiado limitada. Por isso existem outras três figuras que poderão ser mais prolongadas no tempo, e que passam pelo pedido de visto inicial no país de origem.

Depois, chegando a Portugal, esse visto normalmente é dado por um período de quatro meses. O cidadão estrangeiro chegado ao país tem esses quatro meses para, junto do SEF, no local onde vai estudar, onde vai exercer a sua atividade de investigação, solicitar uma autorização de residência. Essa autorização de residência é concedida por um prazo inicial de um ano e depois pode prorrogar-se ou renovar-se, melhor dizendo, por períodos idênticos de um ano ou por períodos de dois em dois anos, conforme a atividade que o cidadão quiser exercer no país.

Portanto, dentro destas figuras do visto que depois dá lugar a uma concessão de autorização de residência já no interior do país, nós temos um visto de residência para atividade de investigação ou altamente qualificada. Ora, quem é que se pode integrar dentro desta figura? Os estudantes ao nível do doutoramento ou quem vem realizar uma investigação científica, como investigadores admitidos a colaborar num centro de investigação. Estes são os cidadãos que podem solicitar então o visto de residência para atividade de investigação ou altamente qualificada. Uma vez chegados a Portugal, naquele período de quatro meses, dirigem-se ao SEF e pedem para lhes ser concedida autorização de residência com esta finalidade também.

Temos ainda uma outra figura: o visto de residência para estudo e intercâmbio de estudantes. Neste caso o estudo poderá ser no secundário, numa escola secundária, ou ainda no ensino superior. Também, neste caso, uma vez entrados em Portugal, num pe-

ríodo de quatro meses, devem dirigir-se ao SEF para solicitar a competente autorização de residência.

Quanto a este tipo de visto para estudo, queria só destacar, porque é premente para o tema que estamos aqui a discutir, que se o cidadão requerente estiver a participar num programa comunitário de promoção de mobilidade para a União Europeia ou para a CPLP, este procedimento deve ser facilitado. Neste caso existe uma portaria específica que reduz o prazo de emissão do visto e do parecer que o SEF dá e da decisão final para o visto de entrada. Trata-se, portanto, de um mecanismo facilitador.

No caso de estudantes que estejam noutra país, por exemplo, da União Europeia, que sejam lá residentes legais e que queiram vir a Portugal completar esse nível de ensino ou fazer uma parte desse programa de estudos, existe um visto específico, o visto de residência dos estudantes do ensino superior. A este nível temos os programas conhecidos por Erasmus que se integram muito facilmente nesta figura de visto de residência no âmbito da mobilidade dos estudantes do ensino superior.

Apesar de haver estas regras, há dois mecanismos de exceção, ou seja, o cidadão tem obrigatoriamente que pedir o visto de residência para vir estudar para Portugal? Não. Se já estiver cá por outra situação qualquer e quiser estudar em Portugal, pode fazê-lo sem esse visto se quiser estudar no ensino superior, porque há um mecanismo de exceção, e o mesmo se passa com a atividade de investigação. Alguém que esteja em Portugal e que queira iniciar a sua atividade de investigação, se estiver no país por outro motivo, pode excepcionalmente também pedir para lhe ser concedida uma autorização na residência para esta finalidade.

Devo assinalar dois pequenos pontos. Para concretizar o acordo CPLP relativo à isenção de taxas, há um artigo específico da Lei de Estrangeiros que prevê que os cidadãos que beneficiem de bolsas de estudo atribuídas pelo próprio Estado português estão isentos das taxas que são devidas pela autorização de residência e pela renovação da autorização de residência, portanto, há um decréscimo do valor que têm a pagar quando vão tratar da sua documentação junto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Outro aspeto, uma pequena exceção também é o facto de os titulares de autorização de residência para estudo também paralelamente poderem exercer uma atividade profissional em Portugal, desde que o solicitem atempadamente e previamente ao início dessa atividade ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. No entanto, isso não pode colidir com outras atividades, pois o estudo terá sempre que ser a primeira e principal atividade de quem tem uma autorização de residência para estudo.

Ainda antes de passar às recomendações, devo informar que quem queira saber mais sobre estas matérias pode aceder ao sítio www.imigrante.pt ou então ao Portal das Comunidades Portuguesas. Há aqui muita informação, no primeiro caso, sobre concessão e renovação de autorizações de residência e, no segundo caso, sobre os vistos concedidos no país de origem ou no país onde a pessoa tem a sua residência fixa.

Finalmente, em termos de recomendações, gostaríamos de formular três. Todas elas acabam por bater no mesmo ponto, que é a necessidade de divulgarmos informação e de trocarmos informação entre todos aqueles que intervêm neste processo de mobilidade estudantil ou académica, porque penso que a Lei Portuguesa é muito generosa. Com efeito, a Lei portuguesa abarca a totalidade das situações de quem quer vir para Portugal para estudar ou para exercer uma atividade científica ou docente ao nível da academia. Contudo, parece-me que o problema passa pela falta de circulação de informação entre todos os intervenientes, nomeadamente sabermos que instrumentos jurídicos existem ao dispor de cada cidadão. Às vezes a informação pode não circular e perderem-se oportunidades.

Deste modo, propomos que sejam estabelecidos canais privilegiados para garantir uma articulação correta e harmonizada dos procedimentos que promovem e que se destinam à mobilidade de estudantes; propomos a criação de mecanismos eficazes que possibilitem disponibilizar informação adequada aos estudantes universitários, no que concerne os vários procedimentos que permitem a circulação e a mobilidade de estudantes e de docentes; propomos aos serviços de migração e fronteiras dos Estados-Membros da CPLP que disponibilizem um ponto de contacto, que poderá ser pelo estabelecimento de uma caixa de correio eletrónica específica e especializada para as questões de mobilidade académica.

CAPÍTULO 4

EXPERIÊNCIAS DE BOAS PRÁTICAS

Participaram neste painel a Professora Doutora Esperança da Costa (FESA), o Professor Doutor Edson Borges (UNILAB), o Professor Coordenador João Lobato (RETS-CPLP), e o Professor Doutor Samuel Luluva (ISEDEF). Moderou o Professor Doutor Mário Avelar (Coordenador da Comissão Temática)

PAINEL 4



**INTERVENÇÃO DA PROFESSORA DOUTORA
ESPERANÇA MARIA EDUARDO FRANCISCO DA COSTA (FESA)**

Fundação Eduardo dos Santos

Permitam-me em primeiro lugar agradecer à CPLP o convite endereçado à Fundação Eduardo dos Santos, FESA, bem como felicitar a CPLP pela realização deste Encontro. Gostaria também de agradecer à FESA por nos proporcionar esta oportunidade de interagir com ilustres colegas na abordagem e troca de informação sobre esta importante temática, mobilidade académica.

Antes de partilhar algumas experiências por parte da FESA e referir projetos desenvolvidos pela Universidade Agostinho Neto, da qual faço parte, gostaria de deixar também aqui o nosso contributo para reflexão sobre a mobilidade académica, considerada como corolário da globalização, fundamental na difusão do conhecimento científico, da produção científica, tecnológica e inovação no espaço da CPLP.

A mobilidade académica é o processo que possibilita a troca de conhecimentos e experiências entre instituições. Por seu turno, a matrícula de estudantes em outras instituições de ensino permite a participação de professores e investigadores em programas e projetos de investigação e desenvolvimento, hoje mais facilitada pelo desenvolvimento das novas tecnologias.

Consideramos que a chave para o sucesso, residirá no respeito mútuo entre as Instituições e que se identifiquem ações estratégicas conjuntas com reciprocidade de vantagens.

A Fundação Eduardo dos Santos – Contributos para a Mobilidade na CPLP

A formação de quadros é uma preocupação permanente do Presidente da FESA, sendo por isso um importante eixo do plano de ação anual da Fundação.

A FESA rubricou, em 2011, um acordo com a Fundação Calouste Gulbenkian visando o incentivo a investigação científica de jovens angolanos especificamente nas áreas das Ciências de Saúde. A aplicação deste acordo traduz-se na atribuição de bolsas de apoio a estudantes finalistas de Graduação e de Pós-graduação para o desenvolvimento de pesquisa nas áreas das ciências da saúde em Instituições de investigação de referência em Portugal. À luz deste programa foram já formados onze estudantes em áreas de ciências médicas, destacando-se dois estudantes na área de Doutoramento.

Este programa resulta, portanto, de uma parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian e premeia estudantes que se destacam, estando já na sua terceira edição.

A FESA possui também acordos de parceria com Instituições Académicas do Brasil e tem financiado, através de bolsas de estudo, a formação graduada e pós-graduada de estudantes angolanos em Instituições de Ensino superior. Destacamos a parceria com a Universidade Estadual de S. Paulo, UNESP, na qual foram já formados cerca de vinte es-

tudantes. A coberto dos acordos de parceria os estudantes angolanos têm sido formados nas mais diversas áreas, com um forte pendor das áreas tecnológicas, em Instituições de ensino públicas e privadas da República Federativa do Brasil, com o apoio da FESA.

Projetos de Mobilidade académica da Universidade Agostinho Neto – O Primeiro Curso de Mestrado em Agronomia e Recursos Naturais

O curso de Mestrado em Agronomia e Recursos Naturais resultou da necessidade colocada à Universidade Agostinho Neto (UAN) de capacitação de quadros na área da Agronomia, da Silvicultura e da Veterinária, de modo a permitir o normal funcionamento da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA) no Huambo que deixara de funcionar em 1992. Com a parceria do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, foi concebido um mestrado em Agronomia e Recursos Naturais para reforçar a capacidade docente e de investigação da FCA

Apontou-se, como objetivo fundamental, proporcionar aos professores daquela Faculdade e a técnicos doutras instituições agrónomicas, que ainda não tivessem tido acesso a formação de pós-graduação, uma atualização e aprofundamento de conhecimentos que os munisse de instrumentos adequados para a docência e investigação a desenvolver no seu meio de trabalho.

O curso que funcionou inicialmente na cidade de Lubango, província da Huíla, contou com a participação de um rico corpo docente, constituído por 80% de Professores associados Portugueses e teve como apoio financeiro, para a colaboração portuguesa, a Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação Luso- Americana para o Desenvolvimento.

Para a fase de preparação das dissertações, muito especialmente para estágios em Portugal dos 16 mestrandos melhor classificados e deslocação de docentes orientadores à Angola, foi obtido financiamento do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD). Encontrou-se vantagem em alargar a formação dos alunos a licenciaturas não agrónomicas no seu sentido estrito, embora a maioria tenha licenciatura em ramos da engenharia agrónomica. Saliente-se a diversidade de instituições de proveniência dos alunos, a maioria de instituições de investigação agrária, dependentes do Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural (MINADER).

Como previsto, as disciplinas foram ministradas de forma intensiva, em geral com 30 horas de lecionação e 15 para seminários, visitas de estudos ou trabalhos de grupo. Em geral, cada disciplina foi lecionada por períodos de três semanas, com o funcionamento diário de duas disciplinas. Apenas quatro (Meio Biótico, Meio abiótico, Gestão dos Recursos Hídricos e Gestão de Ecossistemas Naturais) foram lecionadas isoladamente, em semana e meia, por dois docentes, repartindo os tempos diários.

Esta foi a forma encontrada pela Comissão Coordenadora do mestrado para rentabilizar, quer o funcionamento obtido quer a disponibilidade dos professores, já que as aulas foram asseguradas, via de regra, pelos professores mais graduados de cada depar-

tamento do ISA e de professores da UAN, pese embora alguns alunos tenham referido a forma “muito intensiva” com que a matéria foi sendo dada.

Em junho de 2006 tinham concluído 19 alunos, cujos trabalhos experimentais decorreram em Angola, complementados para a maioria, por estágios em Portugal, geralmente em Departamentos do ISA, subsídios provenientes do IPAD e por instituições angolanas.

Projeto de Mestrado em Gestão e Governança Ambiental

Por solicitação do Ministério do Ambiente, a Universidade Agostinho Neto, através do seu Centro de Investigação em Botânica (CB) e da Faculdade de Ciências, estabeleceram uma parceria com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), para a conceção de um curso em Ambiente, cujo perfil permitisse capacitar quadros do Ministério do Ambiente, para a problemática do ambiente, nas vertentes de Conservação de recursos, exploração petrolífera, saneamento básico e outras.

Foi então estruturado um curso de Mestrado em Gestão e Governança Ambiental, que integrava uma parte letiva e outra de dissertação. O perfil do curso inclui a formação de especialistas nas áreas seguintes: conservação da natureza; conservação e gestão de parques naturais; auditorias e avaliação de impactes ambientais; e saneamento e gestão de resíduos.

O curso teve início em Abril de 2014, tendo sido frequentado por 29 estudantes - 15 do Ministério do Ambiente e os restantes da UAN, e dos Governos Provinciais da Huíla e do Zaire. O curso envolveu cerca 70% de docentes da FCUL, especializados nesta vertente. A parte curricular funcionou de Abril a Dezembro de 2014 e envolveu 12 docentes portugueses e 5 docentes angolanos. O Mestrado contou com o apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian e da BP Angola. Neste ano os estudantes continuam a desenvolver as suas teses concentradas na solução de problemas ambientais da realidade angolana

Finalizando, aponto as seguintes recomendações:

Que a CPLP tenha um papel mais ativo e efetivo na promoção da cooperação bilateral e multilateral, facilitando assim a identificação de projetos que incrementem a mobilidade e o intercâmbio de docentes e estudantes entre Instituições da CPLP e outras de referência a nível internacional, para maior fomento da transferência de tecnologia.

Que a CPLP jogue um papel mais relevante na aproximação dos Países para a realização de projetos e estudos em consórcio, por forma a ter-se sucesso na angariação de fundos disponíveis a investigação e ao desenvolvimento do Ensino Superior. Estando as alterações climáticas no topo das agendas dos países a nível mundial, considerando as graves consequências deste mal que os nossos países vem sofrendo, que a CPLP tenha um papel particular no desenvolvimento de diligências junto dos Governos dos respeti-

vos países para a promoção de pesquisa ao nível da biotecnologia, da biodiversidade e das alterações climáticas e neste âmbito se estabeleçam e se articulem cursos de mestrado e doutoramento utilizando e otimizando os recursos humanos, a mobilidade docente e os recursos tecnológicos disponíveis nas instituições do espaço CPLP.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

De acordo com as Diretrizes Gerais, o objetivo geral da UNILAB é o de “promover, por meio de ensino, pesquisa e extensão de alto nível e em diálogo com uma perspectiva intercultural, interdisciplinar e crítica, a formação técnica, científica e cultural de cidadãos aptos a contribuir para a integração entre Brasil e membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e outros países africanos visando ao desenvolvimento econômico e social”. Nesse sentido, é importante lembrar que a Comissão de Implantação da UNILAB então se direcionava para as principais metas elaboradas pela comunidade internacional para a educação, encontradas então nos seguintes documentos: Programa Educação Para Todos (Conferência Mundial de Educação Para Todos de Jomtien, 1990), Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (Reunião da Cúpula do Milênio, 2000), Nova Parceria Para o Desenvolvimento da África (2001), Plano de Ação da Segunda Década de Educação em África (2006-2015), Declaração de Abuja (2006), Conferência Regional de Educação Superior (2008), Conferência Africana Sobre Educação Superior (2008) e a Conferência Mundial de Educação Superior (2009) (Diretrizes Gerais, 2010, pp. 13, 18-19).

Na perspectiva multissetorial, polissêmica e integrada, que articula os conceitos de educação, cooperação e desenvolvimento, é consenso de que a ajuda ao desenvolvimento através da cooperação no âmbito da educação não se confunde com ajuda humanitária. Essa é caracterizada por ações pontuais e de curto prazo, enquanto a ajuda ao desenvolvimento está associada a intervenções de longo prazo. Porque mobiliza e transfere recursos que buscam, entre os resultados, a melhoria do nível de vida e a qualificação das populações afetadas. Em suma, a natureza desta cooperação é para valorizar o capital humano e desenvolver sustentadamente o capital social dos destinatários, no intuito de contribuir para os progressos sociais, econômicos e culturais.

A cooperação a nível da educação ganha cada vez mais ares de uma “globalização da educação”, com a proliferação e profusão de ações e programas de mobilidade de estudantes e docentes entre países, a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC), o ensino a distância, a constituição de parcerias, intercâmbios e redes internacionais, produzindo impactos em diversos níveis. Quando pensamos na cooperação internacional do Brasil em direção aos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) temos vantagens comparativas semelhantes a Portugal: uma língua oficial comum e um passado histórico de relacionamentos. Este fato faz com que os PALOP (e a África) façam parte do nosso entorno estratégico. No entanto, as experiências históricas e da língua portuguesa – expressas em suas lusofonias – devem se adaptar ao atual mundo multipolar, quando então novas peças no tabuleiro de xadrez global introduzem uma dimensão econômica estratégica e diferente daquela existente quando da criação da CPLP (1996) e da própria UNILAB (2010).

Há consenso de que a educação é uma das grandes ferramentas de transformação social nas sociedades modernas. Contudo, há uma geopolítica econômica relacionada com a geopolítica do conhecimento. E na geopolítica contemporânea a cooperação acadêmica entre Brasil e África ganha importância crescente, principalmente com o aumento dos fluxos de circulação internacional de estudantes, que faz circular informações e saberes de cenários locais a nacionais, internacionais e transnacionais. Se constrói, assim, um “conjunto de relações em rede”. É ainda um fator que auxilia o plano do Brasil de submeter seu sistema de ensino superior ao imperativo da internacionalização. Nesse cenário, a CPLP, os PALOP e Timor-Leste constituem exemplos de redes que conectam informações, pessoas, Estados, universidades, empresas etc. através do campo da cooperação acadêmica educacional internacional.

Nesse campo, após quase sete anos de existência, o corpo docente da UNILAB é constituído por 151 professores doutores, sendo 140 brasileiros e 11 estrangeiros. Atualmente, possui seis unidades acadêmicas onde se distribuem e se organizam, respectivamente, os sete cursos de graduação da Instituição: Instituto de Ciências da Saúde (Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem), Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (Bacharelado em Ciências da Natureza e Matemática e Licenciaturas em Biologia, Física, Química e Matemática), Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (Bacharelado em Administração Pública), Instituto de Desenvolvimento Rural (Bacharelado em Agronomia), Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável (Bacharelado em Engenharia de Energias) e Instituto de Humanidades e Letras (Bacharelado em Humanidades e Licenciaturas em Sociologia, História e Antropologia, Curso de Letras e Licenciatura em Língua Portuguesa, Pedagogia/Licenciatura).

Em maio de 2017, entre formados e matriculados nos cursos de graduação presenciais, a UNILAB totaliza 69 estudantes de Timor-Leste, 85 de São Tomé e Príncipe, 31 de Moçambique, 555 de Guiné-Bissau, 95 de Cabo Verde e 118 de Angola, totalizando 953 estudantes estrangeiros. Cerca de 800 estudantes estrangeiros estudam na UNILAB do estado do Ceará e 153 na UNILAB do estado da Bahia. O total geral de estudantes é de 3.608 matriculados, sendo que 3.032 alunos/as estudam nos campi do Ceará e 576 alunos/as estudam no campus da Bahia. Contudo, ressaltamos que esses números, que são muito significativos, não expressam a importância que as experiências vividas na UNILAB representam na vida de cada estudante estrangeiro e brasileiro seja em termos culturais, psicológicos, linguísticos, educacionais e históricos. Porque esta Universidade constitui, talvez, a experiência mais significativa de cooperação acadêmica internacional entre os países e as regiões de língua portuguesa. Afinal, a UNILAB cumpre o papel de formar pesquisadores/as e futuros professores/as, atendendo assim a importância dada ao ensino primário nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Sem dúvida, esta é uma das dimensões da cooperação que a UNILAB conduz: contribuir para “travar a fuga de cérebros, *brain drain*, dos mais aptos” (Carvalho, 2010, p. 42) e que, num

horizonte próximo, o Timor-Leste e os PALOP possam “produzir e difundir conhecimento de si e para si” (Medina; Caramelo; Costa, 2014, p. 8).

Nesse sentido, Pedro Coelho e José Saraiva afirmam que a cooperação acadêmica não pode ser deixada somente às forças de mercado, cabendo ao Estado fomentar e definir as ações a serem adotadas, por meio de vontade política clara e direcionada às suas prioridades. Todavia, identificam algumas dificuldades concretas para o desenvolvimento da cooperação acadêmica Brasil-África: (1) a falta de recursos ameaça constantemente as perspectivas de manutenção, renovação e aprofundamento da cooperação bilateral; (2) as relações entre o Brasil e a África ainda ocorrem, em grande medida, por meio de terceiros países, que centralizam a publicação de estudos sobre o Brasil e a África, fato que agrava o desconhecimento mútuo; (3) a questão linguística prejudica o intercâmbio de experiências acadêmicas, uma vez que os textos em português produzidos no Brasil são pouco difundidos na África, inclusive nos PALOP; (4) falta de informação estatal sobre a promoção da cooperação; (5) inadequação das grades curriculares, fato que prejudica o adensamento da relação bilateral na área de cooperação; (6) falta de articulação nas relações entre Estados, Universidades e Organizações Não Governamentais (ONGs). (Coelho, Saraiva, 2004, pp. 87-89)

Todavia, o aumento dos intercâmbios acadêmicos entre instituições de ensino brasileiras, africanas e de outros países, necessariamente, elevará o quesito indicador de internacionalização: com o aumento de assinaturas de acordos de cooperação e o intercâmbio internacional frequente entre estudantes, docentes e pesquisadores (além dos servidores técnicos administrativos) com universidades parceiras em África, Ásia e Europa; a produção e publicação de trabalhos em nível mundial; com ações globais de cooperação acadêmica com universidades e empresas estrangeiras para o desenvolvimento de pesquisas; a busca da excelência acadêmica; a criação de redes de docentes, pesquisadores e estudantes que precisam estar em permanente comunicação com pesquisadores da mesma área em países que desenvolvem pesquisas avançadas, pois assim elevarão o grau de exposição internacional dos saberes mútuos. Portanto, aquele “quesito indicador de internacionalização” e as políticas necessárias e consequentes caracterizam, desde o início, as ações de docência, pesquisa, extensão e cooperação (nacional e internacional) da UNILAB e da Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES).

A RIPES é um projeto de cooperação interuniversitário da UNILAB integrado por 16 universidades e institutos de educação superiores públicos dos PALOP e Timor-Leste que, em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) e a CPLP estão se articulando para construir uma plataforma digital, cursos de EaD, duas revistas eletrônicas, utilização das TIC, internacionalização das matrizes curriculares, criar um cadastro de pesquisadores e programas de mobilidade. Assim, com o aprofundamento das relações entre a UNILAB, os PALOP, Timor-Leste e suas universidades e institutos superiores de educação planejamos aumentar, recipro-

camente, as relações nos campos educacional e científico, não apenas estimulando a vinda de estudantes africanos para o Brasil, mas também fomentando a presença de brasileiros em instituições de ensino africanas e timorenses; utilizar as TIC em cursos de extensão, especialização, graduação e pós-graduação; e criar redes de ensino superior e pesquisa para a promoção de parcerias que ultrapassem o âmbito nacional e bilateral da cooperação e o incremento do conhecimento mútuo no Atlântico Sul. Assim a UNILAB deverá ser ainda mais um vetor de intercâmbio de experiências, diversificação de apoios e recursos, parcerias e internacionalização, circulação de cérebros e reformas curriculares entre o Brasil e a África, envolvendo especialmente os PALOP e Timor-Leste.

Concluindo, apresentamos as seguintes recomendações:

Levar os países parceiros a ter uma participação mais efetiva, apoiando o projeto de cooperação acadêmica internacional da UNILAB;

Efetivar a internacionalização dos currículos da UNILAB e a dupla titulação;

Viabilizar estágios extracurriculares internacionais;

Integrar o Processo de Seleção de Estudantes Estrangeiros (PSEE) da UNILAB às instituições educacionais dos países parceiros;

Utilizar Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) para oferecer cursos de extensão, graduação e pós-graduação.

FONTE:

DIRETRIZES GERAIS. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Ren-
denção – CE, julho de 2010. 26 p.

REFERÊNCIAS:

BORGES, Edson; RUBIO, Cássio Florêncio; GOMES, Nilma Lino. A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) e a cooperação acadêmica internacional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

CARVALHO, Clara. O Centro de Estudos Africanos e a cooperação em educação. In COSTA, Ana Bénard da, BARRETO, Antónia (coords.). Actas do Congresso "Portugal e os PALOP: Cooperação na Área da Educação". Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE/IUL, Centro de Estudos Africanos – CEA. Lisboa, 29-30 de março de 2010, p. 41-46.

COELHO, Pedro Motta Pinto, SARAIVA, José Flávio Sombra (orgs.). Fórum Brasil-África: política, cooperação e comércio. Brasília: IBRI, 2004.

GUSMÃO, Neusa Maia Mendes de. África e Brasil no mundo acadêmico – diálogos cruzados. In: COSTA, Ana Bénard da, BARRETO, Antónia (coords.). Actas do Congresso "Portugal e os PALOP: Cooperação na Área da Educação", Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE/IUL, Centro de Estudos Africanos – CEA. Lisboa, 29-30 de março de 2010, p. 283-299.

MEDINA, Teresa; CAMELO, João; COSTA, Alexandra Sá. Editorial. In Africana Studia – Revista Internacional de Estudos Africanos, Centro de Estudos Africanos, Universidade do Porto, nº 22, p. 5-8, 1º semestre de 2014.

Rede de Escolas Técnicas da Saúde da CPLP (RETS-CPLP)

Permitam-me um agradecimento especial ao Professor Mário Avelar e à Doutora Arlinda Cabral por este convite. É uma honra para mim estar aqui.

Estou aqui em nome de uma Escola Superior de Tecnologia da Saúde, de média dimensão, de Lisboa, mas quero essencialmente retratar aqui, ou partilhar convosco aquilo que é o ensejo, do ensaio de uma pequena rede de mobilidade de estudantes no espaço de ensino superior da área da saúde que se enquadra num projeto a nível internacional, nomeadamente na rede de ensino de técnicos de saúde.

Muito rapidamente, o que é esta rede? É uma rede ibero-americana formada pelos dois países ibéricos, pelo espaço americano e da CPLP que há quatro anos se subdividiu em duas sub-redes. A rede zona sul do espaço da América do Sul e a sub-rede da CPLP.

Esta sub-rede da CPLP com as redes das escolas de saúde pública e com a rede dos institutos nacionais de saúde pública, tiveram uma reunião a semana passada, neste mesmo espaço da sede. No fundo, constituem-se como rede estruturante de apoio ao plano, a estratégia de cooperação da Saúde subscritos pelos ministros da Saúde dos países da CPLP. Vamos neste momento a caminho do 3º plano que vai ser gizado para o ano 2017/2020 numa próxima reunião de Maio que vai decorrer em Díli com os ministros da Saúde. Esta reunião teve com o propósito de apresentar um conjunto de propostas para suportar essa reunião técnica dos ministros da Saúde.

No plano que ainda está em curso até 2017 a nossa escola recebeu a incumbência de desenhar e ensaiar um pequeno projeto para estudar o processo de mobilidade organizado de estudantes, mas não só no plano académico ao nível do espaço circunscrito sectorial da área da saúde. A nossa escola foi escolhida, não só por ser uma escola do ensino Superior, uma escola que está integrada no espaço europeu também, a nível do ERASMUS como todas as instituições de ensino superior em Portugal, mas também porque temos 18 anos de experiência de cooperação na área da CPLP. Temos uma comissão interna de gestão própria de professores que fazem a gestão dos programas com a CPLP e uma escola com 2.000 estudantes, 9 licenciaturas, 6 mestrados situada em Lisboa. As nossas licenciaturas são de 4 anos, incluindo obrigatoriamente um estágio curricular de 60 ECTS, como todos os cursos saúde nestas áreas, à semelhança da enfermagem e da nutrição.

Nestes 18 anos cooperação, temos, portanto, essencialmente participado no reforço institucional de instituições de ensino superior e não só, também de ensino médio da área da saúde, nos vários países. Temos de alguma forma também contribuído muito para a mobilidade de estudantes, pontualmente, e assim como também de docentes.

A nossa experiência também se tem verificado essencialmente com 29 instituições do espaço da CPLP, não só de universidades públicas e privadas, 16, mas ainda de um

centro de investigação, ministérios da saúde de dois países, ao nível da direção de recursos humanos, onde trabalhamos na planificação de recursos humanos para a saúde local, escolas técnicas de saúde e também instituições de prestação de cuidados de saúde ao nível de hospitais e clínicas, também, nomeadamente no Brasil, Angola e em Timor, ainda nesta rede, como aqui expliquei. Na mobilidade de estudantes, no ensino médio, temos feito o acolhimento de estudantes de vários países, o último dos quais de Timor da área da formação de farmácia e laboratório.

A mobilidade em curso na licenciatura está neste momento a ser ensaiada, em cursos com o mesmo perfil que os nossos, para haver um modelo muito idêntico aquilo que se passa no espaço europeu - reciprocidade e perfil -, porque facilita o reconhecimento da acreditação mútua.

Nos mestrados, temos essencialmente acolhido licenciados, já localmente nos vários países, como Angola, Moçambique e Brasil em 4 mestrados diferentes, nos últimos 5 anos, e também temos dado algum apoio, em termos de trabalho empírico, de alunos de doutoramento, nomeadamente vindos do Brasil na área da saúde ambiental e da fisioterapia.

Ao nível dos nossos alunos de licenciatura, temos deslocado alunos em estágio para alguns países nomeadamente. Neste momento, o caso mais paradigmático é Brasil e Cabo Verde, em que vão, no fundo, replicar o mesmo modelo de estágio como se fosse em Lisboa ou em qualquer outro hospital português. Obviamente carece de um conjunto de requisitos e pré-requisitos que são sufragados, de alguma forma, propostos e estudados pelos conselhos de curso e pelo conselho científico da escola.

Os alunos vão lá cumprir os seus objetivos de estágio. Curiosamente, um dos objetivos, para além de realizar o estágio, é o de contribuir para a promoção do intercâmbio de práticas e saberes. Portanto, são embaixadores de outras práticas e saberes interagindo com recursos locais ao nível de monitores profissionais e também de estudantes dos seus pares desses países de acolhimento. Participam também no ensino e na formação de estudantes e de outros processos de profissionais locais. Acima de tudo, também participam na produção, na difusão de novos conhecimentos ao nível da investigação.

Portanto, os nossos alunos quando vão em estágio para estes países levam na bagagem, não só os seus objetivos, em termos de cumprimento curricular, mas também no sentido de cooperação mais estreita ao nível do intercâmbio da promoção do ensino e também na investigação.

Como é que fazemos isto? O instrumento é o recurso ao protocolo bilateral.

As candidaturas são feitas pelos estudantes, escrutinadas pelos conselhos de curso, e pelo científico. Temos um gabinete de relações internacionais que ajuda a todo este processo e obviamente havendo, pois, declarações de compromisso que são assumidas. Porque não há recursos financeiros de apoio a estudantes, estes vão por sua conta e risco, pelo que tem que haver uma assunção de compromissos de responsabilidade da parte deles. Informado e consentido, obviamente.

Depois existe a preocupação dos registos académicos. Quando eles regressam à escola, temos que reconhecer o registo académico. São oriundos dessas universidades, ou inclusivamente responsáveis de hospitais e clínicas, onde os alunos estiveram a estagiar.

Para este efeito, desenhamos um projeto que vamos ensaiar, pela primeira vez, em setembro. Trata-se ainda de um ensaio a uma escala muito reduzida: com um único país, com uma única universidade e com um único meio hospitalar. Esperemos que este ensaio, ao nível do ensino superior, onde nos sentimos mais confortáveis, seja expandido transversalmente para outros níveis de formação, como o dos técnicos médios e a formação ao longo da vida.

Intitulámos este projeto interno das escolas chamada REMOS. Remos é instrumento de remar, porque, para além da história, da cultura que nos une e da língua, também o mar também nos une, a todos os nossos povos, dos nossos países. E chama-se rede de mobilidade para a capacitação e saúde da CPLP. Isto é um exercício académico interno. Pretende fundar e desenvolver uma rede internacional para a promoção de atividades de mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e profissionais de saúde no contexto dos países da CPLP, fortalecendo a cooperação transnacional, sustentada nos primados do saber, da cidadania, da ética e dos Direitos do Homem.

Este projeto subdivide-se em duas estruturas. Uma rede que é angariadora de instituições cooperantes – e aqui temos não só a cooptar universidades e escolas, mas também instituições de prestação de cuidados de saúde, de hospitais e clínicas, instituições de investigação, centros de investigação ou mesmo escolas do ensino médio.

Este são os nossos parceiros para sustentar esta rede. Depois haverá um programa que, de alguma forma, organiza faz a gestão de todos os processos, mas também tenta angariar fundos para suportar esta mobilidade.

Os objetivos desta rede são os de apoiar a criação e promoção de um espaço de capacitação de recursos Humanos em Saúde, reforçar a intensidade e a dimensão da cooperação entre instituições de ensino prestadores de cuidados de saúde também, no espaço da CPLP, portanto, transgride os limites da própria academia. Criar e dinamizar uma plataforma de partilha de conhecimentos, práticas e valores no âmbito da prestação de serviços e de cuidados de saúde entre instituições cooperantes e reforçar o contributo do ensino superior, do ensino profissional e da investigação no processo de inovação em saúde no seio da CPLP.

Porque temos também de promover a interculturalidade no espaço lusófono, a formação ao longo da vida e ainda promover o reconhecimento das qualificações e competências dos recursos humanos da Saúde no espaço da CPLP, este é um pequeno exercício, um primeiro passo para este longo caminho que é este reconhecimento de competências e a acreditação, tácita, entre países.

Hoje temos uma carta de compromissos que passa pelo acolhimento e integração dos estudantes, pela mobilidade recíproca. Portanto, ao enviarmos estudantes, temos de

assumir o compromisso de receber estudantes dessas instituições nas mesmas condições.

Facilitar a capacitação dos recursos humanos, acima de tudo, é outro compromisso e o programa tem como princípio de orientação a igualdade entre o género de medidas para lutar contra qualquer tipo de discriminação de razão e de sexo, origem racial ou étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual. Portanto, há aqui também um valor, ou um conjunto de valores, de orientação ou de princípios que convergem para uma melhor cidadania no conjunto da formação bilateral.

Um dos aspetos importantes que fizámos e que previmos logo neste projeto, é o de um modelo de avaliação e de monitorização, contínuo e final. É importante perceber o impacto exato deste esforço de mobilidade, pelo que este é outro dos desafios: a adaptação em função do custo de vida e de subsistência do país de acolhimento. Há grandes assimetrias e, portanto, é preciso também enquanto princípio ter esta preocupação. Pensamos que os fundos devem, no futuro, decorrer de um consórcio que possa de alguma forma sustentar financeiramente este desafio.

Temos uma carta de direitos e deveres dos próprios estudantes, em mobilidade, dos que enviamos e dos que acolhemos. Temos um conjunto de instrumentos processuais: são essencialmente três formulários, muito inspirados no programa Erasmus europeu. Adaptamo-lo à realidade da CPLP, com alguma facilidade, não tendo sido muito difícil adaptar e criar instrumentos. O problema é depois aplicá-los e geri-los. Provavelmente vão colocar-nos grandes desafios.

Obstáculos e dificuldades que eventualmente antevemos. A questão do financiamento, obviamente, em primeiro lugar, a questão dos vistos, o processo que hoje foi aqui abordado. A questão da segurança também não foi hoje aqui falada. Acho que não podemos nem devemos ter qualquer preconceito em, de facto, abordar estas questões. O mundo, hoje global, também produz em conjunto focos de insegurança ao nível planetário e hoje é de facto, uma das preocupações independentemente da paz em que é exercido, em cada país.

A questão do alojamento e da acomodação, a integração sociocultural local dos estudantes e as assimetrias do custo de vida entre os diferentes países que é também um desafio, que pode ser um obstáculo, mas também é de facto uma das formas mais interessantes para harmonizar um plano, mais tarde, que possa trazer ao de cima uma realidade mais justa para esta mobilidade.

Por fim, apresento três recomendações.

Primeira. A criação do agenciamento, ou de uma agência, de um programa estruturado para a mobilidade académica no espaço da CPLP, inspirado, obviamente, na prática temos há mais de vinte anos com o Erasmus. Porque não caminhar para uma estrutura dessa natureza. Percebo que há uma grande dispersão de práticas ao longo destes 20, 30 anos, de mobilidade no espaço da CPLP, por várias instituições, como este exemplo e outros, milhares de exemplos. Seria interessante pegar em todas essas realida-

des e pensarmos, em organizarmos, em conjunto, ao nível e a uma escala internacional.

O segundo. Agilizar os processos para a atribuição dos vistos e as questões alfandegárias. Essas vão estar sempre, recorrentemente, em cima da mesa, obviamente. Há aqui uma questão técnica também de recomendação que é a isenção de qualquer tipo de propinas ou taxas. Que esta é uma questão que também interessante porque, quando nós fazemos um protocolo bilateral para fazer mobilidade entre os nossos estudantes, este é um assunto que fica logo vertido no protocolo e garantido no protocolo que é, de facto, importante.

E, por fim, o investimento de uma plataforma de ensino, a distância, como ferramenta complementar à mobilidade. Acho que é importante olharmos para o ensino a distância, para as plataformas, como uma ferramenta adicional e complementar para a questão da mobilidade académica. Porque a mobilidade, só por si, é onerosa, tem custos aos vários níveis. Se nós associarmos e complementarmos com ferramentas desta natureza podemos, talvez, fazer um trabalho mais profícuo.

E, para finalizar, não uma recomendação, mas claramente sair do paradigma bilateral e passar para um paradigma mais lateral no sentido de envolver o maior número de instituições a uma escala diferente na mesma plataforma.

Instituto Superior de Estudos de Defesa Tenente General Armando Emílio Guebuza

Gostaria antes de tudo, em nome de Sua Excelência o Professor Doutor Frazão Chale, major-general, comandante do Instituto Superior de Estudos de Defesa Tenente General Armando Emílio Guebuza, e em meu nome pessoal, saudar a iniciativa do Secretariado Executivo da CPLP em organizar este evento e convidar-nos, nós, uma instituição militar que ainda não tem cinco anos de existência.

Como o próprio coordenador aqui falou, os militares não têm hábito de falar muito, então eu não vou fugir à regra; não vou falar muito.

Outros poderão questionar, mas como eu, militarmente, tenho a patente de tenente-coronel e no Instituto Superior de Estudos de Defesa, sou o chefe do gabinete de planificação e programação do Instituto e ao mesmo tempo sou docente. Em termos da formação tenho duas linhas: a civil e a militar. Doutorei-me no Brasil, graças à mobilidade académica que aqui estamos a falar.

Eu sou produto da Universidade Federal Fluminense e também tive a oportunidade de fazer a minha licenciatura no modelo Moçambique, França, e o mestrado foi feito em Moçambique, na UM, na Universidade Eduardo Mondlane. Então me considero produto da mobilidade académica que hoje estamos aqui a refletir e falando do meu, do Instituto Superior de estudos de defesa, foi criado a 18 de novembro de 2011; como podem ver, para responder à necessidade de continuação de formação dos nossos licenciados que saem da Academia militar, em Nampula, e nós estamos sediados em Maputo.

Portanto, o nosso instituto tem cursos de nível de pós-graduação, mestrado e doutoramento e até agora estamos ao nível de mestrado. Ainda não abrimos o doutoramento, porque estamos a criar a base, em termos de recursos humanos, quer por parte do corpo docente e que aqui depois vou apresentar as nossas dificuldades e a necessidade da CPLP nos apoiar nessa caminhada, também quer ao nível das infraestruturas que estamos em fase de construção.

No âmbito dos cursos, nós temos cursos tipicamente militares que são lecionados no período normal, das 7 às 18, e que são os seguintes: curso de promoção oficial superior, este curso é frequentado por capitães, mas com o nível de licenciatura. O curso de estado-maior conjunto, participado por majores e também por tenentes coronéis com o nível de licenciatura, é quando acede ao grau de mestre em ciências militares. Tem a duração de dois anos; o primeiro tem a duração de um ano. E temos o curso de altos comandos que prepara os oficiais, com o posto de coronel para serem promovidos a General; este também tem a duração de um ano.

Temos outros cursos de curta duração como, por exemplo, o curso de adequação de quadros que é frequentado por todos aqueles oficiais que vieram de diferentes esco-

las militares, para a harmonização da doutrina militar. Na componente civil, para além do curso de Defesa Nacional na componente civil, temos mestrados em Ciências Sociais. Alguns mestrados nas relações internacionais. Mestrados em História Militar de Moçambique, educação cívica patriótica e também mestrados, que vamos abrir a partir do mês de julho no campo de conhecimento de ciências da educação. Vamos introduzir dois mestrados em ciência da educação que são participados por todos aqueles que queiram se formar, quer militares, paramilitares e civis e são dados no período pós laboral.

Em relação à mobilidade, vou trazer duas experiências mais recentes. Começo pela formação do corpo docente.

Temos nossos colegas, que alguns estão aqui a frequentar cursos de doutoramento em diferentes instituições, nomeadamente a Universidade Lusófona e a Universidade Nova de Lisboa, e, se a memória não me trai, na Universidade de Lisboa. Em Moçambique também temos pessoas que estão nas diferentes universidades, num total de 22 pessoas, 10 ao nível de mestrado e 12 ao nível de licenciatura. Em termos de mobilidade tivemos uma experiência de estrangeiros que vieram fazer o curso de Língua Portuguesa no nosso Instituto, nomeadamente provenientes de Zimbabué, Zâmbia, Tanzânia e Malawi. A razão é muito simples: Moçambique, geograficamente, está rodeado por países anglófonos, então nós mandamos os nossos para lá fazer os cursos de inglês e eles mandam, por sua vez, os seus para virem fazer o curso de Português, da língua portuguesa no nosso instituto. Esses todos no âmbito da mobilidade académica.

Disse que os militares não falam muito, pelo que agora passo à parte final, as recomendações.

Como recomendações gostaríamos que, dessa mobilidade, não resultasse apenas a saída dos nossos estudantes, nomeadamente pelo que implica de custos.

Entendemos que a mobilidade seria mais viável a nível económico se a CPLP criasse uma plataforma que permitisse a mobilidade dos vários professores que estão aqui, dessas instituições, para irem ministrar um ou dois módulos, porque os nossos cursos, em Moçambique, são modulares. Seria assim menos caro do que nós mandarmos sempre os estudantes para fora de Moçambique. Esta seria a primeira das recomendações.

A segunda seria que a CPLP criasse mecanismos de difusão de toda a informação relativa a essas ações que aqui foram apresentadas. Eu estou no Instituto Superior de Estudos de Defesa mas existem algumas situações que foram levantadas aqui e que não eram do meu conhecimento.

No período da manhã, por exemplo, foram falados vários projetos, dos quais nós, no Instituto, nada sabíamos. Sugerimos, por isso, que se criem mecanismos de difusão, não só para o Instituto, como também para as outras instituições moçambicanas, porque em países como Moçambique, sobretudo Moçambique, não é a maioria que tem acesso à Internet. Deste modo, ficam sem saber o que está a acontecer, neste novo mundo em que já a Internet está substituindo alguns meios tradicionais, tal como o jornal, e papel,

tal como através da rádio, ou televisão; pelo menos a rádio, chega a difundir a informação de forma muito rápida do que simplesmente a plataforma net.

Estão essa seria a nossa recomendação. A outra, e última, seria que se criassem mecanismos para que houvesse condições para a mobilidade docente entre várias instituições. Temos vindo a receber alguns colegas da área militar, no nosso instituto, o qual está a caminhar para se tornar uma universidade militar. Atualmente é um instituto de classe A, na classificação do nosso país. Por via disso, o comandante barra reitor, é nomeado como Presidente. Precisamos também de nos afirmar no campo académico através de intercâmbios e através da mobilidade de que nos seja fornecida através da plataforma da sua CPLP.

Nós, como docentes do Instituto Superior de Estudos de Defesa; da Universidade Eduardo Mondlane; como docentes da Universidade Pedagógica de Maputo ou de Moçambique; como docentes das outras instituições e não só como também o corpo técnico precisamos de aprimorar a suas experiências junto das outras instituições.

INTERVENÇÃO DO PROFESSOR DOUTOR MÁRIO AVELAR

Coordenador da Comissão Temática de Educação, Ensino Superior, Ensino e Tecnologia dos Observadores Consultivos da CPLP (Sociedade de Geografia de Lisboa)

“O silencioso trabalho cívico da sociedade civil”

Chegada fase de balanço, e recordando que a cada interveniente foi solicitado que apresentasse três recomendações, passo a discriminá-las:

1. Criação de um grupo de trabalho, no âmbito da Comissão Temática, para adequação ao processo de referência europeu no âmbito dos processos de intercâmbio académico bilateral e multilateral;
2. Criação de uma estrutura financeira para a constituição de uma agência/plataforma multilateral de gestão da mobilidade;
3. Perder o medo da multilateralidade, possibilitando ações de promoção da mobilidade académica na CPLP sem pressões políticas e de acordo com linhas temáticas que os países considerem prioritárias;
4. Aposta na mobilidade para promoção da qualidade académica e do potencial humano, com repercussões na qualidade de vida das pessoas;
5. Aposta na mobilidade em torno da formação contínua;
6. Impulsionar a troca de experiências e realizar a replicação do Encontro sobre Mobilidade Académica na CPLP, nomeadamente numa parceria CPLP e AULP;
7. Promover a presença das entidades do ensino superior da CPLP nas feiras temáticas que se realizam na Comunidade;
8. Implementar mecanismos facilitadores da mobilidade académica (vistos; reconhecimento académico);
9. Adotar um projeto teste e procurar conjuntamente financiamento adequado;
10. Implementar a quantificação das experiências de mobilidade académica na CPLP, por forma a promover a comparabilidade, através da identificação de vários projetos realizados no âmbito da cooperação dos institutos portugueses com entidades dos países de Língua Portuguesa;
11. Criar programas de mobilidade científicos e académicos em associação e parcerias;
12. Harmonizar programas formativos e académicos não conferentes de grau;
13. Criar regras e modelos de reconhecimento mútuo das formações académicas da CPLP;
14. Incentivar a partilha de informação para a melhoria mútua das organizações (bolsas; mobilidade de docentes, investigadores, estudantes e de pessoal administrativo; bolsas de mestrado e de intercâmbio; troca de experiências e partilha de conhecimento);
15. Facilitar da concessão de vistos para estudantes, docentes e funcionários;
16. Criar mecanismos de financiamento multilaterais (Fundo Multilateral);

17. Criar um mecanismo facilitador para o reconhecimento dos graus académicos;
18. Apoiar a participação em programas avançados, projetos conjuntos e realização conjunta de seminários;
19. Selecionar os melhores docentes, não docentes e discentes, atribuindo importância ao mérito, mas também procurar a inclusão social;
20. Devolver o investimento ao país de origem, promovendo o retorno, ainda que temporário, dos estudantes e investigadores;
21. Implementar projetos específicos e estratégicos para os países parceiros;
22. Implementar programas que promovam a partilha de experiências e a mundividência, para uma cultura de paz e de vivência multicultural;
- 2.3 Implementar programas e parcerias estratégicas em todas as áreas e níveis de ensino que promovam a ligação ao mundo empresarial;
24. Apoiar a criação de bolsas de mobilidade;
25. Impulsionar o reconhecimento mútuo de diplomas;
26. Desenvolver mecanismos para o acompanhamento das trajetórias académicas e para apoio à integração no mercado de trabalho dos estudantes que frequentaram programas de mobilidade académica;
27. Ratificação por parte dos Estados-Membros dos Acordos da CPLP que visam estimular a mobilidade académica na CPLP;
28. Necessidade de maior agilização nos processos de concessão de vistos;
29. Acesso a cuidados de saúde através da inscrição nos centros de saúde dos estudantes em mobilidade académica;
30. Seleção criteriosa de estudantes para a mobilidade académica por parte das instituições de ensino superior que acolhem estes estudantes, por forma a minimizar-se problemas socioeconómicos e de sucesso escolar;
31. Identificação conjunta de fundos disponíveis, para rentabilização de recursos, através da constituição de um bloco forte para angariação de fundos;
32. Criação do «Observatório da Mobilidade Académica da CPLP», a ser alojado no Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP e a ser alimentado pelas instituições de ensino superior que promovem a mobilidade académica;
33. Criação de normas de professor visitante no âmbito da CPLP, para facilitar a mobilidade dos docentes;
34. Facilitar a circulação de material didático e pedagógico entre as instituições de ensino superior da CPLP, por forma a combater o insucesso e a retenção de estudantes em mobilidade académica, principalmente no domínio da Língua Portuguesa e da matemática e cálculo, o que é extensível aos estudantes académicos nacionais dos Estados-Membros da CPLP;
35. Investir numa plataforma de ensino a distância (EaD) como ferramenta adicional e complementar da mobilidade académica;

36. Passar do âmbito da cooperação bilateral à multilateral;
37. Criação de uma plataforma CPLP que permita a circulação e difusão de todas as informações relativas às suas ações e atividades relacionadas com a mobilidade académica, assim como dos seus parceiros, usando não só a Internet, mas igualmente os meios de comunicação mais tradicionais como rádios locais, televisões nacionais, uma vez que em países em desenvolvimento, como Moçambique, a maioria da população não tem acesso a Internet;
38. Criação do Observatório da Mobilidade Académica da CPLP;
39. Maior investimento em programas multilaterais de mobilidade académica na CPLP;

Estas recomendações serão veiculadas aos representantes institucionais da CPLP para que possam ter uma perceção clara das dificuldades que se colocam neste âmbito e para que possam agir em conformidade. Não tenho dúvidas de que estamos perante um contributo relevante feito pela sociedade civil para a intensificação das relações entre os nossos povos. Por isso, quero agradecer a todos vós os inestimáveis contributos que trouxeram a este evento. O facto de ele não ter tido a visibilidade que poderíamos considerar justa, ou que tenha surgido diluído no conjunto das atividades da CPLP, não rasura a sua relevância e, acima de tudo, de ilustrar quão importante pode ser o silencioso trabalho cívico da sociedade civil.

**REPRESENTANTE PERMANENTE DE CABO VERDE JUNTO DA CPLP
E PRESIDÊNCIA EM EXERCÍCIO 2018-2020**



Embaixador Eurico Monteiro

A MOBILIDADE ACADÉMICA NA CPLP

A 17 de julho de 1996, constituiu-se a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e, na Declaração Constitutiva, os Estados-Membros estabeleceram como objetivo “*contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre os Povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica e, nesse sentido, promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos Países Membros no espaço da CPLP*”.

Ao longo dos mais de 22 anos de existência, os órgãos de decisão da CPLP têm reafirmado o desiderato da livre circulação no espaço da Comunidade, em 2002, na Declaração de Brasília e, mais recentemente, na Nova Visão Estratégica, aprovada no Brasil, em 2016, como uma ambição de todos os Estados-Membros, e na Declaração sobre Pessoas e a Mobilidade na CPLP, emanada da XI Conferência de Chefes de Estado de Governo da CPLP, realizada em Santa Maria, em Cabo Verde, nos dias 17 e 18 de julho de 2018.

A Declaração sobre Pessoas e a Mobilidade na CPLP reitera a transversalidade da temática da Mobilidade e a importância que se reveste para setores como a cultura, a educação, a ciência e inovação e para o setor económico-empresarial. Desse modo, é inegável o aporte que a dinamização da mobilidade académica poderá significar para a criação de pontes entre os estudantes, investigadores e cientistas dos nossos países, bem assim, para a valorização académica e técnica dos estudantes, atribuindo-lhes competências importantes para os mercados de trabalho, e contribuindo de igual forma para a formação altamente qualificada de recursos humanos e para o intercâmbio do conhecimento e para o desenvolvimento da ciência e da inovação no espaço comunitário.

O eixo da mobilidade académica foi identificado como estratégico desde 1997, na

I Reunião de Ministros da Educação da CPLP, que ocorreu em Lisboa, em 1997; também na V Reunião de Ministros do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP (Luanda, 2012), onde se decide reforçar as condições para o intercâmbio e mobilidade de estudantes, docentes, investigadores, técnicos e gestores.

É neste contexto de concretização de um desejo há muito expresso, que no passado dia 24 de abril, se deu um passo importante na discussão sobre a temática da Mobilidade na CPLP: na V Reunião de Ministros do Interior e da Administração Interna da CPLP, realizada na Praia, em Cabo Verde, os Ministros decidiram mandar a II Reunião Técnica Conjunta, que integra representantes dos Ministérios do Interior e da Administração Interna, das Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros e da Justiça, que ocorrerá em breve, em Lisboa, a apresentarem um projeto final do Acordo sobre Mobilidade no XXIV Conselho de Ministros da CPLP, a ter lugar em Cabo Verde, em 19 de julho de 2019. Estamos cientes que estamos no bom caminho!

O mundo das academias e das ciências é aquele que mais reclama para esse tipo de mobilidade. Na verdade, o avanço técnico e científico depende em larga escala não só dos investimentos e das políticas públicas de incentivo, como também na criação de um quadro que permita a comunicação, o intercâmbio, as visitas de estudos, os estágios, as experimentações, ou seja, uma verdadeira comunidade científica, numa escala maior, dando amplitude e suscitando o interesse, o debate e a criatividade.

E a formação é essencial. Só numa escala de grande dimensão faz sentido a aposta na formação em setores altamente especializados e de uma grande valia científica, sobretudo num mundo hoje muito competitivo. Os países com uma grande escala buscam ainda uma escala maior lançando pontes com outros países com os quais muitas vezes não têm especiais relações de proximidade cultural. E o desenvolvimento científico e tecnológico como chave de futuro obriga os nossos Estados-Membros na procura de entendimentos que permitam, na medida possível *globalizar* (a um dado nível) para *globalizar* as soluções. As soluções desse teor numa grande escala têm menos custo e mais eficácia.

O desafio da mobilidade dos cidadãos dos Estados-Membros no espaço comunitário continua no centro das preocupações, pelo seu contributo para a germinação da representação social da Comunidade pelos seus cidadãos, bem como para a interiorização do sentimento de pertença à Comunidade, dando substância e conteúdo à CPLP. Almejando, desse modo, uma verdadeira Comunidade de afetos de países e de pessoas.

Eurico Correia Monteiro

Embaixador de Cabo Verde em Portugal e junto da CPLP

Acordo sobre a Concessão de Visto de Múltiplas Entradas para determinadas categorias de pessoas



**ACORDO SOBRE CONCESSÃO DE VISTOS DE MÚLTIPLAS ENTRADAS
PARA DETERMINADAS CATEGORIAS DE PESSOAS**

Considerando que um dos objectivos da constituição da CPLP é o de contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e fraternidade entre os povos que têm em comum a língua portuguesa, pedra basilar da sua identidade, e nesse sentido promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos Estados Membros, no espaço da CPLP;

Considerando o interesse comum em prosseguir uma política de cooperação no sentido de estreitar cada vez mais os laços especiais de amizade que unem os Povos e Governos da CPLP;

Tendo em consideração o disposto nas Resoluções de Maputo e São Tomé sobre Cidadania e Circulação no espaço da CPLP;

Considerando ainda o disposto nos Comunicados Finais do V e VI Conselho de Ministros realizados, respectivamente em Maputo e São Tomé, no que se refere à Cidadania e Circulação de Pessoas no espaço da CPLP;

A República de Angola, a República Federativa do Brasil, a República de Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República de Moçambique, a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, acordam o seguinte:

Artigo 1º

Os cidadãos de um dos Estados Membros da CPLP, portadores de passaporte comum válido que sejam homens e mulheres de negócios, profissionais liberais, cientistas, investigadores/ pesquisadores, desportistas, jornalistas e agentes de cultura/ artistas, ficam habilitados a vistos para múltiplas entradas em qualquer dos outros Estados Membros da Comunidade, com a duração mínima de um ano.

A permanência no território de qualquer um dos Estados Membros realizada ao abrigo do disposto no número anterior não poderá, salvo regime mais favorável previsto em legislação interna, ser superior a 90 dias consecutivos por semestre em cada ano civil, a contar da data da primeira entrada, prorrogáveis mediante apresentação do respectivo justificativo.

Artigo 2º

Os cidadãos referidos no número 1 do Artigo 1º poderão ser credenciados ou recomendados por instituições públicas e privadas sediadas nos Estados Membros da Comunidade.

Para efeitos do número anterior cada Estado Membro enviará aos demais Estados Membros uma listagem indicativa das instituições públicas e privadas, sediadas no seu território, competentes para emitir as credências e recomendações.

Os serviços consulares dos Estados Membros deverão conceder os vistos objecto deste Acordo num prazo que não deverá exceder os sete dias.

Artigo 3º

Os Estados Membros interessados em eventuais alterações ao presente Acordo, enviarão por escrito, ao Secretariado Executivo, uma notificação, contendo as propostas de emenda.

O Secretariado Executivo promoverá, num prazo máximo de 90 dias a contar da data da notificação, o início das negociações, dando conhecimento imediato ao Comité de Concertação Permanente.

O texto resultante das negociações acima referidas será encaminhado ao Conselho de Ministros para aprovação.

Artigo 4º

Cada Estado Membro reserva-se o direito de suspender temporariamente a aplicação do presente Acordo por motivos de ordem interna, de segurança nacional, de saúde pública ou obrigações internacionais, dando do facto imediato conhecimento aos demais Estados Membros.

A suspensão referida no número anterior produz efeitos a partir da data da recepção da notificação pelo Secretariado Executivo.



Artigo 5º

1. Qualquer Estado Membro poderá denunciar o presente Acordo, mediante notificação ao Secretariado Executivo que, por sua vez, comunicará de imediato aos demais Estados Membros.
2. A denúncia produzirá efeito 60 dias após a data da recepção da notificação.

Artigo 6º

As dúvidas resultantes da interpretação ou aplicação do presente Acordo serão resolvidas por consenso entre os Estados Membros.

Artigo 7º

O presente Acordo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data em que três Estados Membros da CPLP tenham depositado na sede da CPLP, junto ao Secretariado Executivo, os respectivos instrumentos de ratificação ou documentos equivalentes que os vinculem ao Acordo.

Para cada um dos Estados Membros que vier a depositar posteriormente, na sede da CPLP, junto ao Secretariado Executivo, o respectivo instrumento de ratificação ou documento equivalente que o vincule ao Acordo, o mesmo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data do depósito.

Artigo 8º

O texto original do presente Acordo será depositado na sede da CPLP, junto do Secretariado Executivo, que enviará cópias autenticadas do mesmo aos Estados Membros.

Feito e assinado em Brasília, a 30 de Julho de 2002

Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes Nacionais dos Estados membros da CPLP

A República de Angola, a República Federativa do Brasil, a República de Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República de Moçambique, a República Portuguesa, a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República Democrática de Timor-Leste, na qualidade de Estados membros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa,

Considerando que um dos principais objectivos da Comunidade de Países da Língua Portuguesa - CPLP - é o reforço dos laços entre os povos de língua portuguesa, e nesse sentido a promoção de medidas que facilitem a Cidadania e Circulação de pessoas no espaço da CPLP;

Considerando que os estudantes constituem um segmento importante da Comunidade, merecedor de enquadramento jurídico próprio, e que a mobilidade estudantil contribui para a integração dos povos e para o dinamismo e consolidação da Comunidade;

Reconhecendo a necessidade de regulamentação específica, no âmbito da circulação, quer para aqueles cidadãos que assumem a condição de estudante, quer quanto aos requisitos para a atribuição de tal condição;

Considerando, ainda, o disposto em Resoluções adoptadas em matéria de Cidadania e Circulação pelo Conselho de Ministros da CPLP, desde a III Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Maputo, em 2000;

A República de Angola, a República Federativa do Brasil, a República de Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República de Moçambique, a República Portuguesa, a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República Democrática de Timor-Leste, adiante designadas como «Partes», acordam no seguinte:

Handwritten signatures and initials, including "Mach 3" and "UB".

Artigo 1º
(Objecto)

As Partes decidem adoptar normas comuns para a concessão de Visto para estudantes nacionais dos Estados-membros da CPLP.

Artigo 2º
(Definições)

1. Para efeitos do presente Acordo, consideram-se:
 - a) Estudantes, os cidadãos de um Estado-membro, aceites ou inscritos em curso académico ou técnico-profissional, com um mínimo de duração de 3 (três) meses, leccionado em estabelecimento de ensino reconhecido, situado noutro Estado-membro.
 - b) Estabelecimento de ensino reconhecido, o estabelecimento de ensino público ou privado, reconhecido pelas normas internas de cada Estado-membro.
2. As autoridades dos Estados-membros manterão, nos seus sítios electrónicos, lista actualizada dos estabelecimentos de ensino por eles reconhecidos ou informarão os serviços competentes da lista actualizada dos estabelecimentos de ensino atrás referidos.

Artigo 3º
(Prazos)

1. O pedido de Visto deve ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias após aceitação da candidatura a estabelecimento de ensino reconhecido, definido na alínea b) do Artigo 2º.
2. A decisão sobre o pedido de Visto deve ser tomada no mais curto espaço de tempo possível, que não poderá ultrapassar os 30 (trinta) dias.
3. O Visto para estudo terá a duração mínima de 4 (quatro) meses e máxima de 1 (um) ano.
4. A continuação dos estudos permite que o pedido de renovação da autorização da estada seja apresentado 30 (trinta) dias antes de expirar o prazo de validade da autorização original, devendo para esse efeito o estudante fazer prova de frequência e de inscrição para o período lectivo seguinte num dos estabelecimentos de ensino reconhecidos.

Handwritten signature and initials:
M. [Signature] 3 UN 12
9

Artigo 4º

(Documentos exigíveis)

1. Para a concessão de Visto para estudante da CPLP, os serviços responsáveis de cada Estado-membro exigirão apenas os documentos indicados na seguinte lista:
 - a) Documento de viagem com validade superior a 6 (seis) meses à data da solicitação do respectivo visto e nunca inferior ao período de estada previsto;
 - b) Duas fotografias iguais e actuais, tipo passe (3x4 cm) a cores;
 - c) Documento comprovativo da aceitação da candidatura ou da inscrição em estabelecimento de ensino reconhecido;
 - d) Prova de meios de subsistência;
 - e) Certificados médicos conforme as exigências do Estado de destino;
 - f) Certidão de registo criminal ou equivalente, quando exigido pelo Estado de destino;
 - g) Seguro médico de saúde ou comprovativo de que o estudante se encontra abrangido por outro sistema que lhe garante o acesso a cuidados de saúde no Estado de destino, quando exigido por este.

- 2 - Tratando-se de pedido de visto respeitante a menor ou incapaz, sujeito ao exercício de poder paternal ou de tutela, deve ser apresentada a respectiva autorização.

Artigo 5º

(Suspensão)

1. Cada Estado membro reserva-se o direito de suspender temporariamente a aplicação do presente Acordo, por motivos de ordem interna, de segurança nacional, de saúde pública ou de obrigações internacionais, dando de imediato conhecimento, por via diplomática, aos demais Estados membros e ao Secretariado Executivo da CPLP.
2. A suspensão referida no número anterior produz efeitos a partir da data de recepção da notificação.
3. A suspensão não prejudicará a continuação e a conclusão dos estudos dos estudantes já contemplados com visto concedidos ao abrigo do presente Acordo.



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a signature that appears to be 'J. V. V. V.' and other initials.

Artigo 6º
(Denúncia)

1. Qualquer Estado membro poderá denunciar o presente Acordo, mediante notificação ao Secretariado Executivo da CPLP que, por sua vez, a comunicará, de imediato, aos demais Estados membros.
2. A denúncia produzirá efeito 60 (sessenta) dias após a data da recepção da notificação pelo Secretariado Executivo da CPLP.

Artigo 7º
(Interpretação autêntica)

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou aplicação deste Acordo serão resolvidas por consenso entre os Estados membros.
2. Os Estados membros permutarão informações e sugestões relativas às medidas apropriadas à boa execução deste Acordo.

Artigo 8º
(Entrada em vigor)

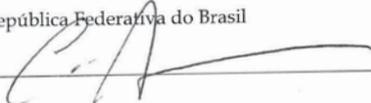
1. O presente Acordo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data em que três Estados-membros tenham depositado, na Sede da CPLP, junto ao Secretariado Executivo, os respectivos instrumentos de ratificação ou documentos equivalentes que os vinculem ao Acordo.
2. Para cada um dos Estados-membros que vier a depositar posteriormente, na Sede da CPLP, junto ao Secretariado Executivo, o respectivo instrumento de ratificação ou documento equivalente que o vincule ao Acordo, o mesmo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data da entrega do aludido instrumento.

Feito e assinado em Lisboa, a 2 de Novembro de 2007.

Pela República de Angola



Pela República Federativa do Brasil





Pela República de Cabo Verde

Pela República da Guiné-Bissau

Pela República de Moçambique

Pela República Portuguesa

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe

Pela República Democrática de Timor-Leste

93

Comissão Temática de Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia dos Observadores Consultivos da CPLP – Listagem dos Observadores Consultivos

**Comissões Temáticas – Observadores Consultivos da CPLP
2017-2018**

**Educação, Ciência e
Tecnologia**

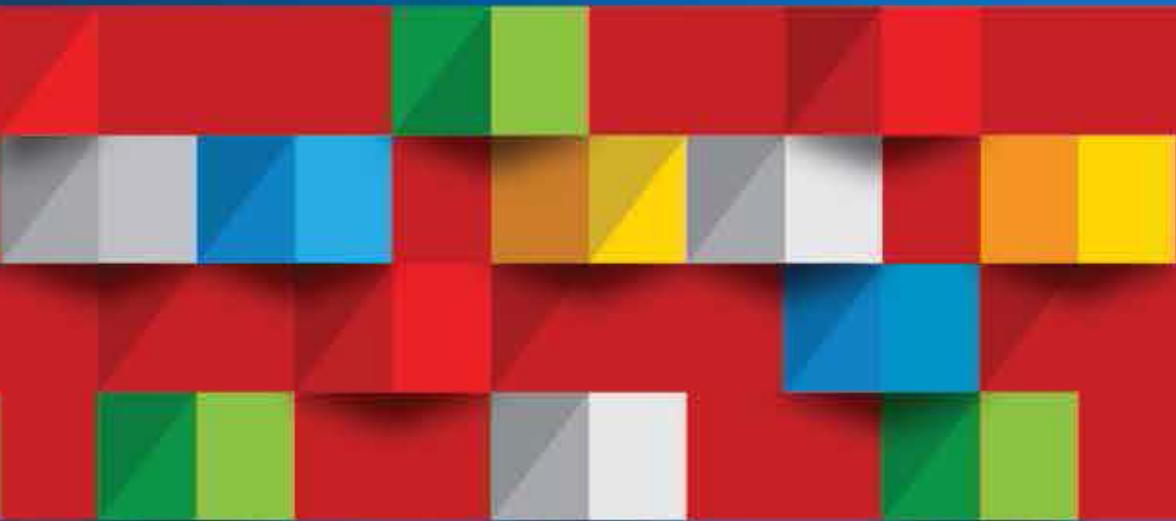
1. Associação de Reguladores de Comunicações e Telecomunicações da CPLP - ARCTEL-CPLP (Secretariado - ANACOM)
2. Associação das Universidades de Língua Portuguesa - AULP
3. Associação dos Ex-Deputados da Assembleia da República - AEDAR
4. Centro de Estudos Sociais (Universidade de Coimbra)
5. Círculo de Reflexão Lusófona
6. Comissão InterPaíses/Países de Língua Oficial Portuguesa-CIP/PLP - Fundação Rotarianos São Paulo
7. Confederação da Publicidade dos Países de Língua Portuguesa - CPPLP
8. Fórum da Juventude da CPLP
9. Fundação Calouste Gulbenkian
10. Fundação Champalimaud
11. Fundação Eduardo dos Santos - FESA
12. Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento
13. Fundação Mário Soares
14. Fundação Roberto Marinho
15. Instituto de Higiene e Medicina Tropical - IHMT
16. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB
17. ISOSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
18. Instituto Superior de Estudos de Defesa, Tenente-General Armando Emilio Guebuza - ISEDEF
19. Sociedade de Geografia de Lisboa
20. União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa - UCCLA
21. Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)
22. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
23. Ius Gentium Conimbrigae (Centro de Direitos Humanos) - IGC
24. Liga Africana
25. Fundação Novo Futuro

Coordenação 2016/2017: Sociedade de Geografia de Lisboa
Mário Avelar - mario.avelar@uab.pt

Regulamento (adotado)

Cerimónia em vídeo – Código QR para vídeo <https://goo.gl/1dRQk5>





CPLP
Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa